



RELATÓRIO DE GESTÃO 2021 2022



**DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DA PARAÍBA**

Defensor Público-Geral do Estado da Paraíba
Ricardo José Costa Souza Barros

Subdefensora Pública-Geral Institucional
Maria Madalena Abrantes Silva

Subdefensor Público-Geral Administrativo
Gerardo Lins Rabello Sobrinho

Corregedor-Geral
José Alípio Bezerra de Melo

Conselho Superior
Ricardo José Costa Souza Barros
Maria Madalena Abrantes Silva
José Alípio Bezerra de Melo
Waldelita de Lourdes da Cunha Farias Rodrigues
Maria de Fátima de Sousa Dantas
Enriquimar Dutra da Silva
Monaliza Maelly Fernandes Montenegro
Ryveka Campos Martins Bronzeado
Fábio Liberalino da Nóbrega (Presidente da APDP)
Maria do Céu Cavalcanti Palmeira (Ouvidora-Geral)

© 2022 Defensoria Pública do Estado da Paraíba.
Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial.

Assessoria de Comunicação Social - ASCOM
Coordenador: Gerardo Lins Rabello Sobrinho
Edição e textos: Larissa Claro
Capa e diagramação: Adriano Silva
Fotos: Roberto Marcelo
Estagiária: Daiane Lima
Colaboração: Cândido Nóbrega

SUMÁRIO

1. UMA NOVA DEFENSORIA PÚBLICA	14
1.1 Leis aprovadas organizam e preparam a Defensoria Pública para o futuro	16
AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO	17
criação do DIÁRIO OFICIAL DA DEFENSORIA PÚBLICA	18
EXCLUSÃO DA OBRIGATORIEDADE DE PAGAMENTO DA INSCRIÇÃO PROFISSIONAL	19
REAJUSTE DO SUBSÍDIO DO DEFENSOR PÚBLICO	20
ATUALIZAÇÃO DA LEI DE REGÊNCIA DA DEFENSORIA PÚBLICA	21
criação do QUADRO DE PESSOAL E PCCR DOS SERVIDORES	22
PARÂMETRO PARA SUBSÍDIO DO OUVIDOR-GERAL	23
1.2 Recomposição do orçamento	24
EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO EM 10 ANOS	26
DISTRIBUIÇÃO DO ORÇAMENTO ENTRE OS PODERES (2022)	28
1.3 II Concurso Público para Defensor Público	29
1.4 Nova estrutura da Defensoria Pública	31
NÚCLEOS ESPECIAIS E SUAS COORDENADORIAS	32
1.5 Investimentos em renovação da frota somam R\$ 3,2 milhões	34
AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS COM RECURSOS PRÓPRIOS	36
VEÍCULOS ADQUIRIDOS A PARTIR DE EMENDAS PARLAMENTARES	38
CONVÊNIO DO PROJETO CRIANÇA E ADOLESCENTE: O FUTURO DO BRASIL	40
CONVÊNIO DO PROJETO DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA E VISITA VIRTUAL	41

2. A DEFENSORIA NÃO PARA

2.1 Produtividade	44
2.2 Enfrentamento à Covid-19 e o retorno à normalidade	49
ATUAÇÃO DA DPE-PB NO STF CRESCER MAIS DE 60% NA PANDEMIA	53
2.3 Projetos Defensoria Itinerante e Balcões de Direitos interiorizam atendimentos	54
2.4 Termos de Cooperação Técnica beneficiam assistidos de nove cidades paraibanas	60
2.5 Defensoria Digital	61
2.6 Núcleos Especiais e a defesa dos direitos coletivos e individuais	62
NÚCLEO ESPECIAL DE CIDADANIA E DE DIREITOS HUMANOS (NECIDH)	63
NÚCLEO ESPECIAL DE DEFESA E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, IDOSAS, MORADORES DE RUA E DEMAIS GRUPOS VULNERÁVEIS (NEPEDIV)	69
NÚCLEO ESPECIAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER (NUDEM)	71
NÚCLEO ESPECIAL DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA E DA JUVENTUDE (NEPIJ)	73
2.7 Iniciativas potencializam atuação da Defensoria na Execução Penal	75

3. ARTICULAÇÃO COM OS PODERES

3.1 Visitas institucionais	80
3.2 Parcerias que rendem frutos	86
3.3 Instituição reconhecida	95
3.4 Discussão da Lei Orçamentária Anual (LOA)	99
3.5 Defensoria realiza Roda de Diálogo com candidatos ao governo do Estado	100

4. INSTITUCIONAL

4.1 Escola Superior: investimento em qualificação	104
4.2 Ampliação do Programa de Estágio para pós-graduados	110
4.3 Corregedoria-Geral em ação	111
4.4 Defensoria homenageia personalidades com a Medalha Ayrton Cordeiro	114
4.5 Realização do IX Encontro Nacional de Execução Penal (ENEP)	116
4.6 Investimento em Tecnologia da Informação	117
4.7 Ouvidoria-Geral em números	118
4.8 Homenagens marcam festa de fim de ano da Defensoria Pública	122
Relação dos Defensores Públicos do Estado da Paraíba	124
Em memória	126



Uma nova Defensoria Pública

É com muito orgulho e sentimento de dever cumprido que olho para a Defensoria Pública do Estado da Paraíba nos últimos dois anos e vejo uma nova Defensoria Pública. Mudanças estruturais que atualizaram a lei de regência da Instituição; o reajuste do subsídio do Defensor Público após sete anos de estagnação; a regularização de servidores públicos cedidos à Defensoria Pública há décadas com vínculo precário; a criação de vantagens para os vencimentos desses servidores; e a implantação do quadro de pessoal e do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração.

Estas são apenas algumas das conquistas adquiridas pela Gestão a partir da aprovação

de leis na Assembleia Legislativa do Estado. Outras, não menos importantes, são fruto do diálogo e de uma política de reconhecimento à Instituição, que é a principal agente de promoção da Justiça social em todo o país. A recomposição do orçamento, com reajuste anual do duodécimo a partir de 2020, foi um fator preponderante para consolidar esse novo momento da Defensoria Pública.

Aqui, quero deixar registrado o olhar sensível do governador João Azevêdo com a Defensoria Pública - uma Instituição que, a despeito da sua importância, sofreu perseguição do Poder Executivo durante anos com congelamento e contingenciamento do orçamento.

Em 2023, teremos um reajuste de 11,89% em relação ao orçamento de 2022. O incremento acumulado em relação a 2018, último ano do contingenciamento praticado pelo Estado, será de 40,96%.

Estendemos os nossos agradecimentos aos deputados estaduais e ao presidente da ALPB, Adriano Galdino, que nos ajudou na condução e aprovação das matérias na Casa. A ajuda também veio de Brasília, através de emendas parlamentares que possibilitaram a instalação de núcleos, aquisição de veículos e recursos em caixa para novos projetos, como a instalação da Casa da Mulher Brasileira em João Pessoa.

Celebramos as conquistas e a recomposição do duodécimo da DPE-PB, mas não podemos deixar de chamar atenção para distorções profundas na distribuição do orçamento entre os Poderes. Em 2023, o orçamento da Defensoria será de apenas 1/3 do que receberá o Ministério Público da Paraíba. Uma diferença tão grande entre os órgãos acusador e defensor não se justifica.

A esperada reparação no orçamento da Defensoria Pública se faz necessária para colocar em prática ações estruturantes e inadiáveis, como a modernização do se-

tor de Tecnologia da Informação da Instituição, a melhoria das suas instalações, a ampliação de sedes próprias pelo Estado e a realização de concurso público para o quadro de servidores.

Esta retrospectiva traz o balanço da Gestão no Biênio 2021/2022, mas não deixa de ser o fechamento de um ciclo de quatro anos. Enfrentamos momentos difíceis e desafiadores neste período, com destaque para a pandemia de Covid-19, que atravessou biênios e, entre tantas vítimas, levou membros da nossa Instituição. E quando pensei que os anos mais difíceis haviam sido aqueles, fui surpreendido no final da Gestão com uma parte da Defensoria que se foi. A morte precoce de Roberta Barros não abalou só a mim, seu irmão, mas a todos que fazem a Defensoria Pública. Profissional dedicada, Roberta era uma servidora comprometida com as causas da Defensoria Pública e com o serviço público. À ela, dedico o trabalho comprometido de todos os Defensores e servidores que compuseram a Gestão da DPE-PB neste Biênio.

Ricardo José Costa Souza Barros
Defensor Público-Geral da Paraíba



O Corregedor-Geral Alípio Bezerra, o Defensor Público-Geral da Paraíba, Ricardo Barros, a Subdefensora Institucional, Madalena Abrantes, e o Subdefensor Administrativo, Gerardo Rabello

1

UMA NOVA DEFENSORIA PÚBLICA



Sede Administrativa da Defensoria Pública, localizada na Rua Deputado Barreto Sobrinho, 168, Tambiá, em João Pessoa

1.1 Leis aprovadas organizam e preparam a Defensoria Pública para o futuro

Entre dezembro de 2020 e junho de 2022, a Assembleia Legislativa da Paraíba aprovou sete leis ordinárias e complementares de autoria da Defensoria Pública do Estado. Todas as legislações foram fundamentais para organizar o presente e preparar a Defensoria Pública para o futuro. A sanção das matérias pelo governador do Estado, João Azevêdo, estabeleceu uma nova relação entre a Defensoria e o Poder Executivo, fundamentada na harmonia entre as partes e o respeito à autonomia da Instituição.



AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

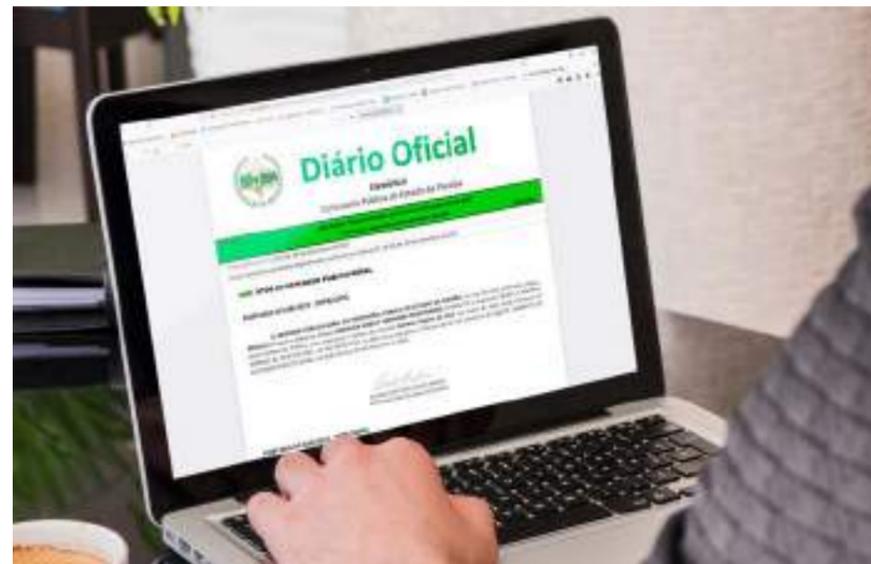
A Lei Nº 11.814/2020 regulamentou a contratação temporária por excepcional interesse público para atender os projetos sociojurídicos da Defensoria Pública aprovados pelo Governo Federal. Essa modalidade de contratação faz frente ao reduzido número de servidores da Instituição e prevê o preenchimento de até 130 vagas temporárias, com duração de até seis meses, podendo ser renovado por igual período.



Lei Ordinária 11814/2020:

Dispõe sobre contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso ix, do art. 37 e art. 61, § 1º, ii, d, da constituição federal, do art. 2º, vi, i e j, e art. 6º, da lei federal nº 8.745/93 e lei complementar nº 173/2020. Sancionada em 18/12/2020.

CRIAÇÃO DO DIÁRIO OFICIAL DA DEFENSORIA PÚBLICA



A Lei Nº 11.815/2020 instituiu o Diário Oficial da Defensoria Pública como veículo oficial de comunicação dos atos normativos e administrativos da Instituição. De 2017 a 2020, após a interrupção da publicação dos atos no Diário Oficial do Estado pelo Governo, a Defensoria Pública passou, então, a publicar seus atos no Diário da Justiça Eletrônico (DJe) do Tribunal de Justiça da Paraíba (TJPB), graças a um convênio firmado com o Poder Judiciário. A partir de então, a DPE decidiu criar um meio de divulgação próprio dos seus atos oficiais, deixando de depender de outros Poderes.



Lei Ordinária 11815/2020:

Institui o Diário Oficial eletrônico da Defensoria Pública do Estado da Paraíba como veículo oficial de comunicação dos atos normativos e administrativos. Sancionada em 18/12/2020.

EXCLUSÃO DA OBRIGATORIEDADE DE PAGAMENTO DA INSCRIÇÃO PROFISSIONAL

Com a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que julgou inconstitucional a exigência de inscrição do Defensor Público nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil, a DPE-PB revogou, por meio da Lei Complementar 165/2021, dispositivos da Lei 104/2012, que tornavam obrigatório o reembolso da anuidade à Seccional Paraíba da OAB. Com a mudança, o Defensor ficou livre para decidir se permanece ou não associado à Ordem, assumindo, desta forma, as despesas com a inscrição. A medida gerou uma economia anual de aproximadamente R\$ 200 mil à Defensoria Pública.



Lei Complementar 165/2021:

Altera dispositivos da Lei Complementar Nº 104, de 23 de maio de 2012, que dispõe sobre cargos de natureza administrativa e de atividades meio da Defensoria Pública do estado da Paraíba e exclui a obrigatoriedade do pagamento da inscrição profissional. Sancionada em 13/01/2021.

REAJUSTE DO SUBSÍDIO DO DEFENSOR PÚBLICO

Após sete anos sem reajuste, os Defensores Públicos da Paraíba tiveram um acréscimo de 25% no subsídio a partir de janeiro de 2022. Responsabilidade orçamentária e diálogo com o Poder Executivo foram fundamentais para viabilizar essa conquista, que elevou em cerca de R\$ 3 mil o piso remuneratório da categoria.

Nova tabela:

DEFENSOR PÚBLICO DE 1ª ENTRÂNCIA	R\$ 12.213,70
DEFENSOR PÚBLICO DE 2ª ENTRÂNCIA	R\$ 13.435,08
DEFENSOR PÚBLICO DE 3ª ENTRÂNCIA	R\$ 14.778,58
DEFENSOR PÚBLICO ESPECIAL	R\$ 16.256,44



Lei Ordinária 12171/2021:

Dispõe sobre o cumprimento do disposto no parágrafo único do art. 3º da Lei 10.380, de 19 de dezembro de 2014. Sancionada em 20/12/2021

ATUALIZAÇÃO DA LEI DE REGÊNCIA DA DEFENSORIA PÚBLICA

A Lei Complementar 169/2021 atualizou a lei estadual que rege administrativamente a Defensoria Pública. Sua aprovação era mais do que necessária, já que o texto da Lei 104/2021 encontrava-se desatualizado, considerando os adventos posteriores a sua promulgação, como emendas constitucionais, legislações federais correlatas e decisões recentes do Supremo Tribunal Federal (STF), além de conter regras administrativas legalmente superadas à luz do direito administrativo público moderno.



Lei Complementar 169/2021:

Altera dispositivos da Lei Complementar Nº 104 de 23 de maio de 2012, que dispõe sobre a organização da Defensoria Pública do estado da Paraíba, institui o regime jurídico da carreira de Defensor Público do Estado e dá outras providências. Sancionada em 27/12/2021.

CRIAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL E PCCR DOS SERVIDORES

Esperada por décadas pelos servidores, a Lei Complementar Nº 175 representou uma conquista histórica para os funcionários públicos efetivos que vieram da estrutura do Poder Executivo Estadual e estão na Defensoria Pública, alguns há mais de 35 anos, desde a antiga Procuradoria Geral da Assistência Judiciária. Além de regularizar a situação desses servidores - que foram lotados e relatados na Defensoria Pública até a data da publicação da Emenda Constitucional 80, de 4 de junho de 2014 - a lei permitiu o reajuste dos vencimentos e aplicação do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos servidores.

A importância da LC 175 vai além. Com ela, abre-se a possibilidade de realização de concurso público para a estruturação dos serviços auxiliares da Defensoria Pública, o que era impraticável antes da aprovação da lei.



Lei Complementar 175/2022:

Dispõe sobre o quadro de pessoal, institui o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos servidores da Defensoria Pública do Estado da Paraíba, previsto no artigo 253 da Lei Complementar Estadual Nº 104, de 23 de maio de 2012, acrescentada pela lei complementar estadual Nº 169, de 28 de dezembro de 2021 e dá outras providências. Sancionada em 02/05/2022.

PARÂMETRO PARA SUBSÍDIO DO OUVIDOR-GERAL

Com a lei 12.321/2022, a Defensoria Pública fixou o salário do Ouvidor-Geral no equivalente a 80% do subsídio mensal do Defensor Público de 1ª entrância. A lei anterior, de 2015, previa subsídio fixo no valor de R\$ 6 mil, desconsiderando qualquer previsão de reajuste.



Lei Ordinária 12.321/2022:

Altera e dá nova redação ao artigo 1º da Lei Nº 10.547, de 05 de novembro de 2015, que dispõe sobre a criação do cargo de Ouvidor-Geral da Defensoria Pública do Estado da Paraíba. Sancionada em 03/06/2022.



1.2 Recomposição do orçamento

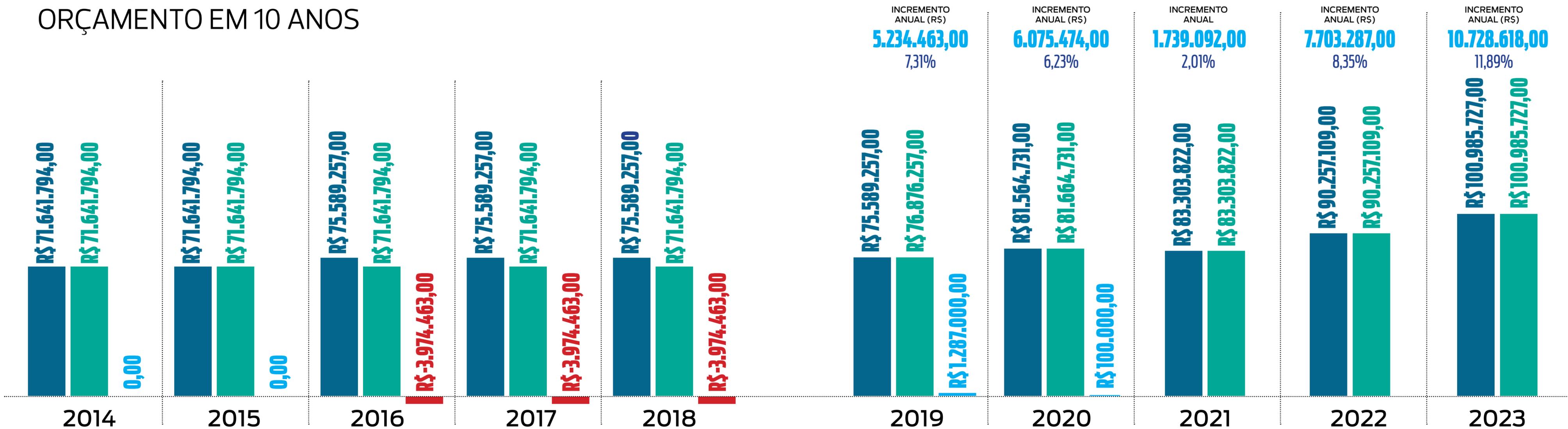
O movimento de recomposição do orçamento da Defensoria Pública iniciado em 2019 (quando a Instituição passou a receber o repasse integral do seu duodécimo acrescido de suplementações) manteve-se nos anos seguintes. Em 2020, o Poder Executivo reajustou o orçamento da Defensoria em 6,23% após quatro anos de estagnação. Em 2021, ano de pandemia, o orçamento fixado cresceu 2,01% em relação ao ano anterior. Já em 2022, o incremento foi de 8,35%, com repasse integral à Instituição. Para 2023, a perspectiva é ainda melhor. O orçamento

aprovado é 11,89% maior do que o orçamento de 2022. Um reajuste histórico, que somará um incremento acumulado de 40,96% em relação a 2018, último ano do contingenciamento praticado pelo Poder Executivo. Ao final de 2023, o orçamento da Defensoria terá saltado de R\$71,6 milhões em 2018 para mais de R\$100,9 milhões. Somado a este valor, há, ainda, recursos repassados pelos Governos Federal e Estadual por meio de emendas parlamentares destinadas à Defensoria Pública, fruto de uma política adotada e executada pela atual Gestão junto aos deputados federais e estaduais.



O DPG Ricardo Barros, o governador do Estado João Azevêdo e o procurador-geral do Estado, Fábio Andrade, durante evento em Brasília

EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO EM 10 ANOS



■ ORÇAMENTO FIXADO ■ ORÇAMENTO REPASSADO ■ CORTE ORÇAMENTÁRIO ■ AUMENTO ORÇAMENTÁRIO

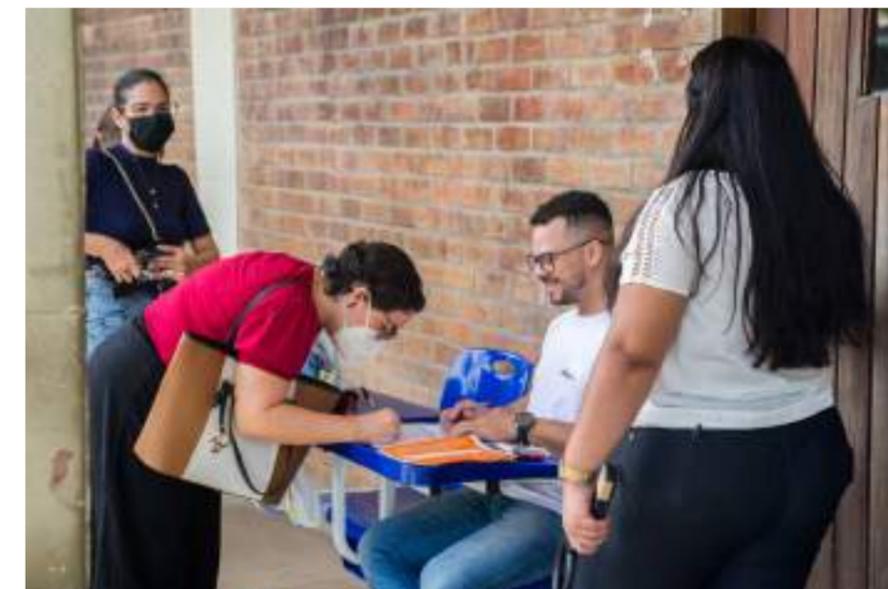
DISTRIBUIÇÃO DO ORÇAMENTO ENTRE OS PODERES (2022)



1.3 II Concurso público para ingresso na carreira da Defensoria Pública

Em janeiro de 2022, a Defensoria Pública lançou, por meio da Fundação Carlos Chagas, o Edital de Inscrição (001/2022) do II Concurso Público para Ingresso na Carreira de Defensor Público da Instituição.

Com previsão de 20 vagas, mais cadastro reserva, o certame representa um marco na adoção de ações afirmativas pela Defensoria Pública da Paraíba, com a reserva de 20% das vagas para candidatos negros, 2% para candidatos indígenas, 1% para candidatos quilombolas e 1% para candidatos das demais comunidades tradicionais, além de 10% das vagas para pessoas com deficiência.



As provas da primeira fase do concurso foram aplicadas em seis instituições de ensino de João Pessoa, no dia 1º de maio de 2022



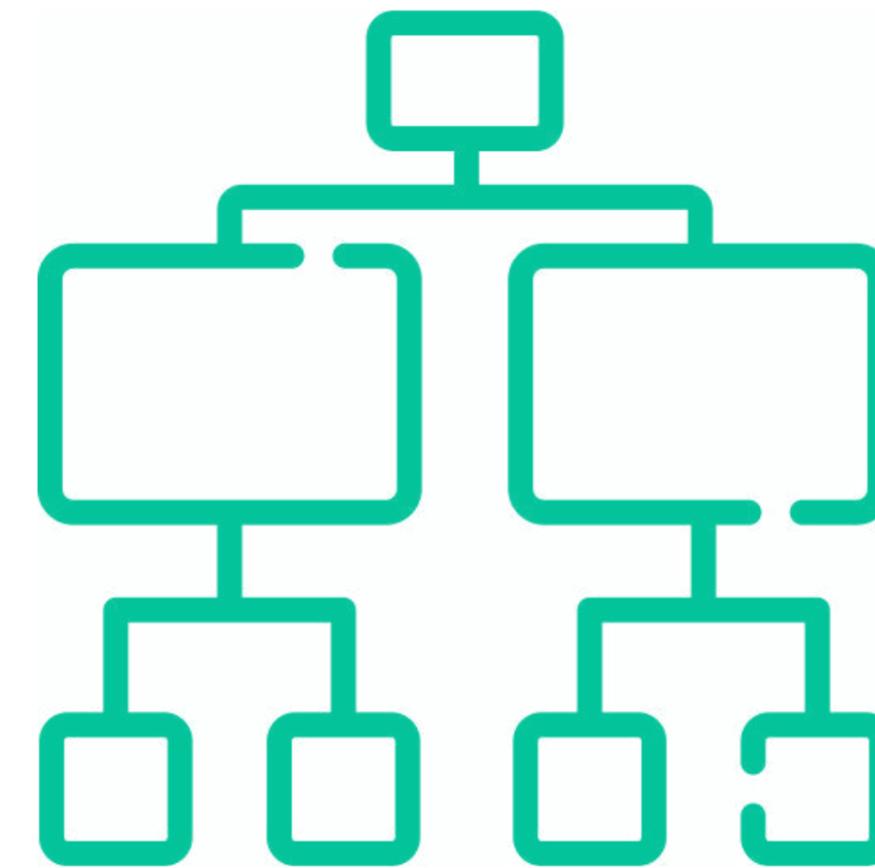
O concurso público da Defensoria também ficou marcado pela enorme procura dos candidatos. Foram registradas mais de 6,4 mil inscrições de todo o país, tornando o concurso da DPE-PB um dos mais concorridos entre os certames promovidos pelas Defensorias Públicas estaduais nos últimos anos. Dos inscritos, 4.259 candidatos se submeteram à primeira fase das provas.

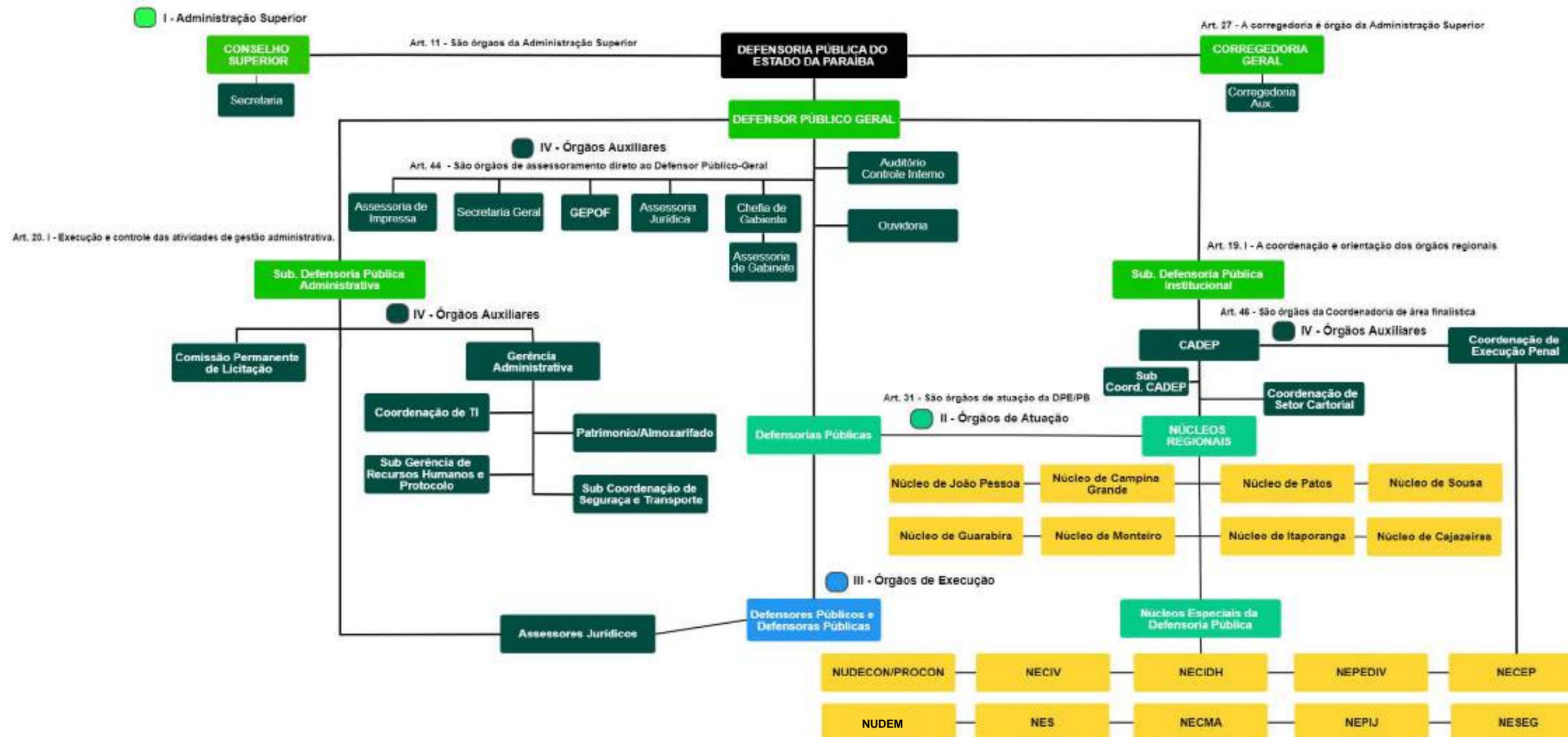
O certame está em andamento, com a última etapa marcada para dezembro de 2022 e previsão de publicação do resultado final no dia 24 de fevereiro de 2023.



1.4 Nova estrutura da Defensoria Pública

Com a aprovação da Lei Complementar 169/2021, a Defensoria Pública ganhou uma nova estrutura organizacional. Entre as mudanças, a criação de um segundo cargo de Subdefensor Público-Geral, para o gerenciamento da área administrativa, e a elevação de Coordenadorias ao status de Núcleos.





NÚCLEOS ESPECIAIS E SUAS COORDENADORIAS

I) Núcleo Especial Criminal e de Execução Penal (NECEP)
 Coordenadoria de Atendimento Criminal e Tribunal do júri
 Coordenadoria de Atendimento da Execução Penal e Estabelecimentos Penais

II) Núcleo Especial Cível (NECIV)
 Coordenadoria dos Direitos de Família
 Coordenadoria dos Direitos Cíveis e Fazenda Pública

III) Núcleo Especial de Cidadania e de Direitos Humanos (NECIDH)
 Coordenadoria de Defesa dos Direitos Homoafetivos, da Diversidade Sexual e do Combate da Homofobia
 Coordenadoria de combate ao Racismo e proteção das comunidades Indígenas, Quilombolas, Ciganas, demais comunidades tradicionais e intolerância religiosa
 Coordenadoria de Cidadania e dos Direitos Humanos de Campina Grande

IV) Núcleo Especial de Defesa e Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, Idosas, Moradores de Rua e demais grupos vulneráveis (NEPEDIV)

V) Núcleo Especial de Defesa do Consumidor (NUDECON/PROCON)

VI) Núcleo Especial de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher (NUDEM)

VII) Núcleo Especial de Saúde (NES)
 Coordenadoria de Mediação em Saúde;
 Coordenadoria de Saúde Ambiental e Prisional.

VIII) Núcleo Especial de Conciliação, Mediação e Arbitragem (NECMA)

IX) Núcleo Especial de Proteção à Infância e da Juventude (NEPIJ)
 Coordenadoria da Defesa do Adolescente em situação de Conflito com a Lei;
 Coordenadoria de Defesa das Crianças e Adolescentes em situação de vulnerabilidade, Vítimas de Violência, Direitos Individuais e Coletivos.

X) Núcleo Especial de Segundo Grau e Tribunais Superiores (NESEG)

1.5 Investimentos em renovação da frota somam R\$ 3,2 milhões

Neste biênio, a Defensoria Pública também se renovou a partir da sua frota. As aquisições se deram por meio de convênios com o Governo Federal - realizados diretamente ou por meio de emendas parlamentares - e recursos próprios, incluindo recursos oriundos de leilões. Dos 26 veículos oficiais da Instituição, 17 foram fabricados a partir

de 2020, ou seja, 65% do total da frota é de veículos novos. Os investimentos somam R\$ 3.251.826,00 (três milhões, duzentos e cinquenta e um mil, oitocentos e vinte seis reais). A implantação de uma política externa com o objetivo de angariar recursos para a renovação da frota preservou valores do orçamento para esta finalidade.



AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS COM RECURSOS PRÓPRIOS/LEILÕES



Modelo: CHEVROLET/S10 LT DD4A
Ano: 2021
Investimento: R\$ 239.000,00

Veículos adquiridos com recursos próprios do Fundo Especial da Defensoria Pública e da receita adquirida com o leilão de veículos sucateados. Os leilões realizados em 2021 e 2022 arremataram, juntos, R\$ 410.131,00.



Modelo: CHEVROLET/S10 LT DD4A
Ano: 2022
Investimento: R\$ 239.000,00



Modelo: CHEVROLET/S10 LT DD4A
Ano: 2021
Investimento: R\$ 239.000,00



Modelo: FIAT DUCATO ENGESIGMIC
Ano: 2021
Investimento: R\$ 239.000,00



Modelo: FORD RANGER XL
Ano: 2019
Investimento: R\$ 140.000,00



Modelo: TOYOTA COROLLA
Ano: 2019
Investimento: R\$97.750,00

VEÍCULOS ADQUIRIDOS A PARTIR DE EMENDAS PARLAMENTARES



A Defensoria Pública recebeu em 2021 três vans adaptadas para o atendimento aos assistidos, fruto de convênio com o Governo Federal através de emendas parlamentares dos deputados federais Aguinaldo Ribeiro, Luiz Couto e Wilson Santiago, destinadas em 2018. Os veículos fazem parte do projeto nacional Vans dos Direitos, de iniciativa do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH).

A partir de janeiro de 2021 também começou a circular pela Paraíba a unidade móvel do projeto Defensoria Itinerante. O caminhão adaptado com quatro escritórios foi entregue em dezembro de 2020, graças a uma emenda parlamentar do deputado federal Wellington Roberto no valor de R\$ 500 mil, destinada em 2018.



Modelo: FIAT DUCATO GREENMC.CH (ADAPTADA)
Ano: 2021
Investimento: R\$ 585.000,00



Modelo: CAMINHÃO MERCEDES BENZ, ADEGO 2624 (ADAPTADO)
Ano: 2020
Investimento: R\$ 645.000,00

Convênio com o Governo Federal, através de emenda parlamentar no valor de R\$ 500 mil, destinada pelo deputado Wellington Roberto em 2018. A Defensoria realizou contrapartida no valor de R\$ 145 mil.

CONVÊNIO DO PROJETO CRIANÇA E ADOLESCENTE: O FUTURO DO BRASIL



Modelo: RENAULT/DUSTER ZEN 16
Ano: 2021
Investimento: R\$ 495.000,00

Cinco veículos foram adquiridos pela Defensoria Pública com recursos do projeto Criança e Adolescente: o futuro do Brasil, fruto de convênio celebrado com o Governo Federal, a partir da destinação de emenda parlamentar do deputado federal Julian Lemos.



CONVÊNIO DO PROJETO DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA E VISITA VIRTUAL



Modelo: M.BENZ 416CDI SPRINTER M
Ano: 2021
Investimento: R\$ 239.000,00



Modelo: FIAT/TORO FREED AT9 4X4
Ano: 2021
Investimento: R\$ 170.000,00

Dois veículos foram adquiridos a partir de um convênio com o Governo Federal, através do Ministério da Justiça, como parte do projeto "Visita Virtual, Videoconferência Judicial e Acesso Efetivo à Dignidade e à Justiça", que prevê o fortalecimento do atendimento jurídico das pessoas privadas de liberdade e seus familiares. O convênio também disponibilizou recursos para aquisição de mobiliário e computadores.

2

A DEFENSORIA NÃO PARA

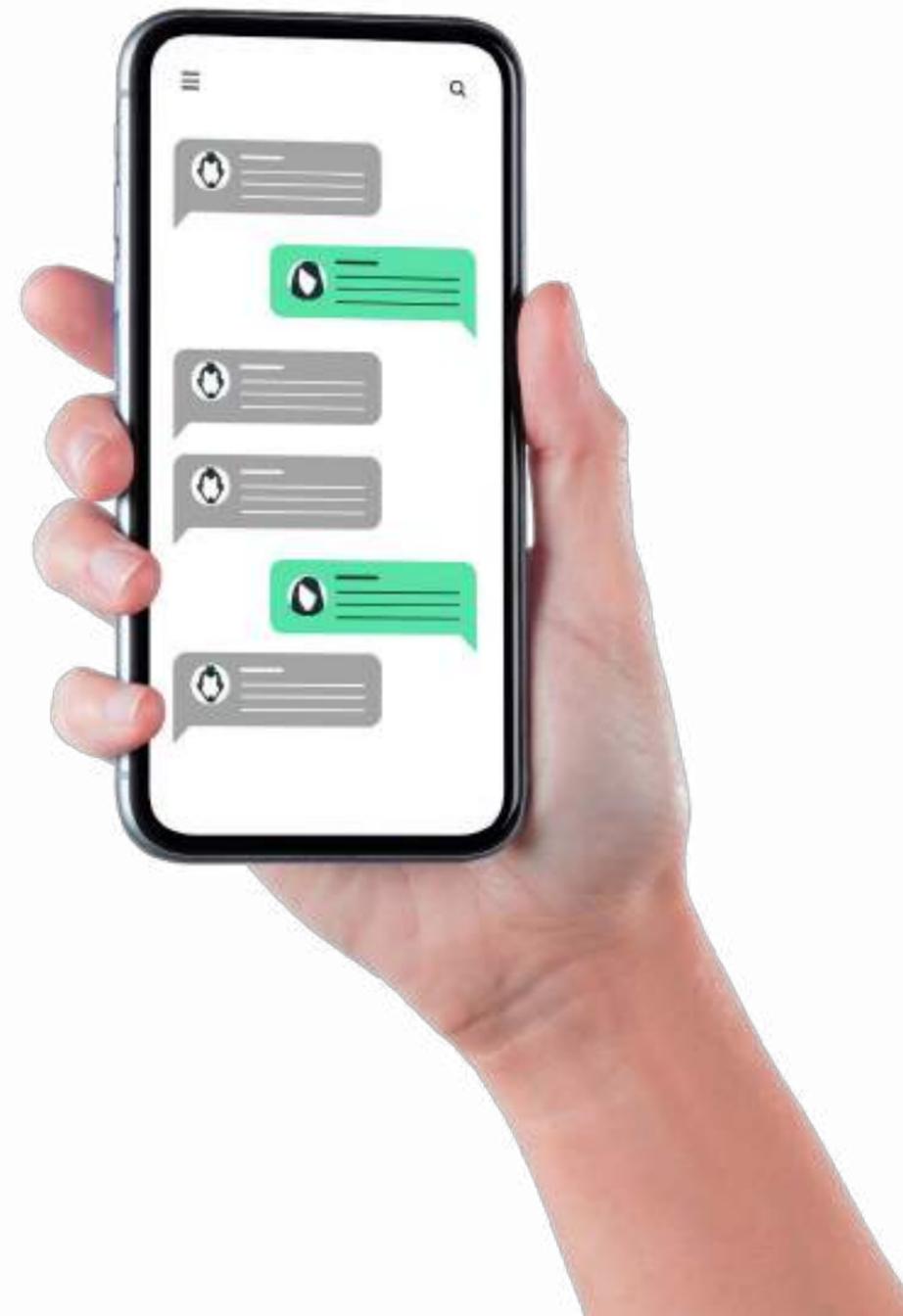
Núcleo de Atendimento da Zona Sul de João Pessoa, localizado no Fórum de Mangabeira



2.1 Produtividade

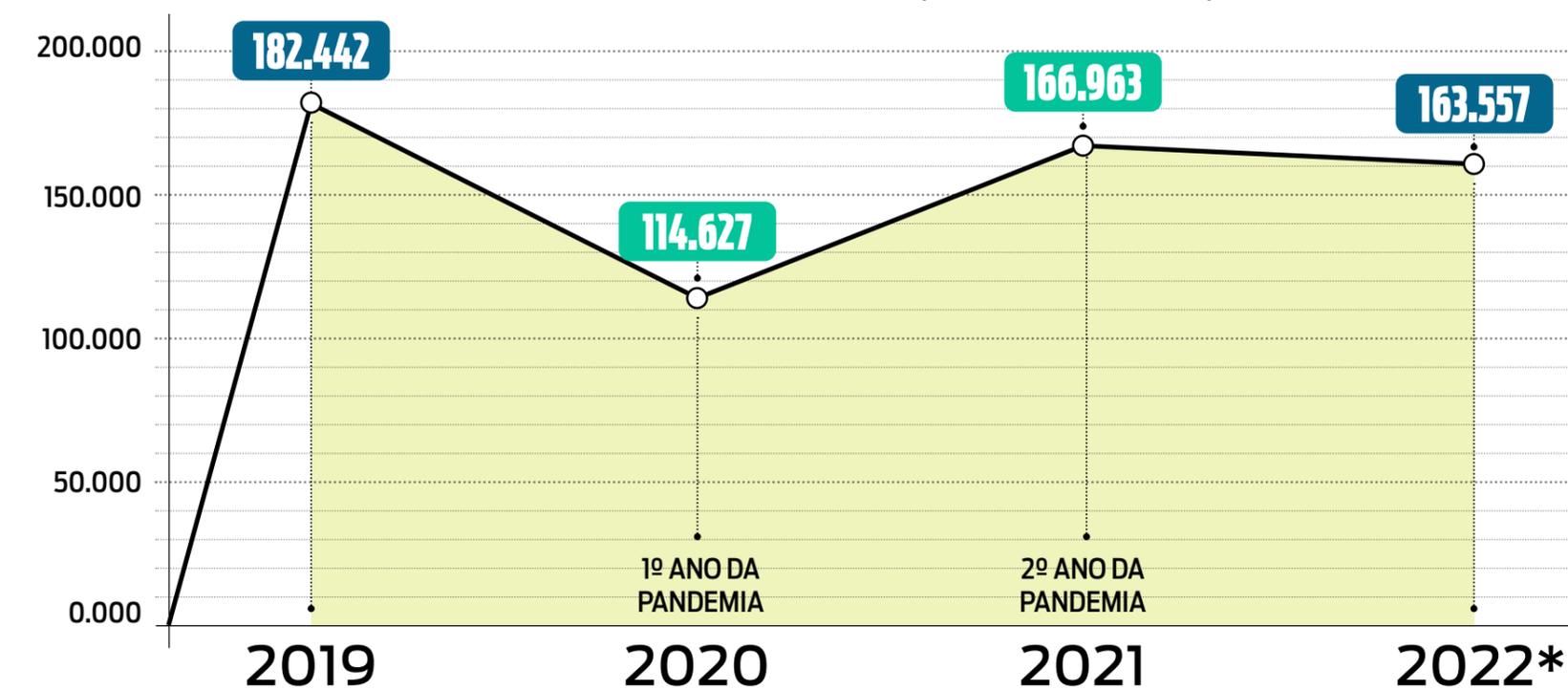
Em 2021, a pandemia de Covid-19 continuou afetando substancialmente o funcionamento e a rotina de empresas, organizações e órgãos públicos. Embora o atendimento da Defensoria Pública jamais tenha sido interrompido na pandemia - pelo contrário, o atendimento remoto foi aprimorado, inclusive com a compra de 120 celulares - os atendimentos presenciais em núcleos próprios só foram retomados em meados de outubro de 2021, enquanto as salas da Defensoria no interior dos fóruns só reabriram em 2022, conforme determinação do Tribunal de Justiça da Paraíba.

Com isso, grande parte dos atendimentos ocorridos no segundo ano de pandemia ainda aconteceu de forma remota, mas com uma diferença: a experiência de 2020 tornou a Defensoria Pública mais preparada e estruturada para alavancar o atendimento remoto em todo o estado. O resultado foi um crescimento de 45,6% nos procedimentos de 2021 em relação ao ano anterior, quando a pandemia chegou ao país. Dados parciais da Corregedoria-Geral mostram que a Instituição retomou em 2022 a média de atendimentos pré-pandemia.



RETOMADA

Atuação da Defensoria Pública em 2021 cresceu **45,6%** em relação ao ano anterior, primeiro ano da pandemia de Covid-19



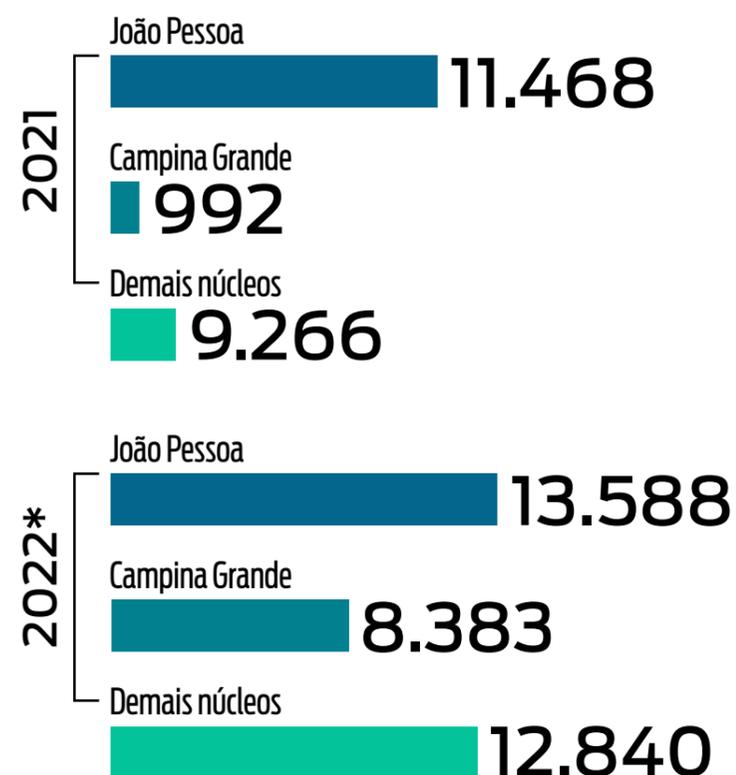
*Dados parciais de janeiro a outubro

POR ÁREA DE ATUAÇÃO

Área	2021	2022*
CÍVEL	41.355	33.600
CRIMINAL	71.132	60.072
FAMÍLIA	46.397	56.155
FAZ. PÚBLICA	8.079	9.331
DIR. CONSUMIDOR	-	1.796
INFÂNCIA E JUVENTUDE	-	2.603

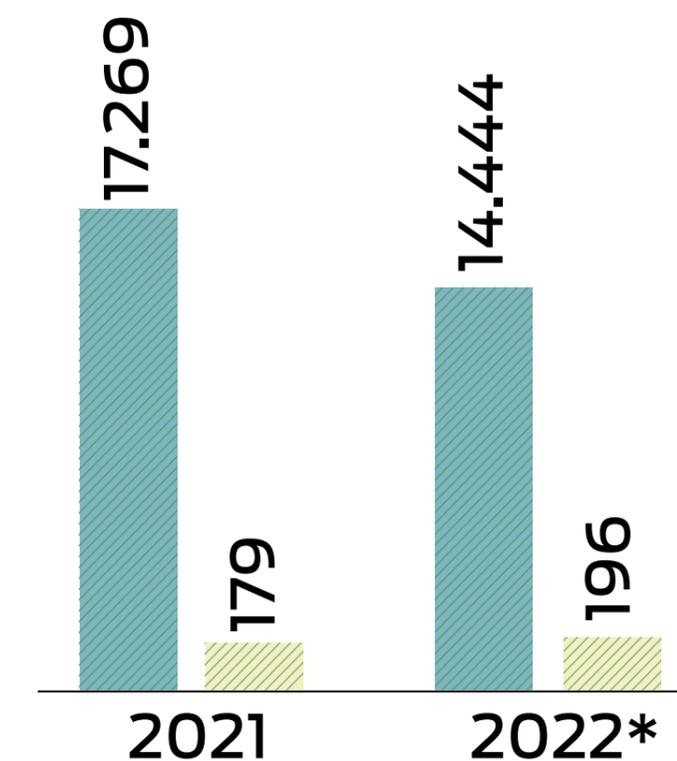
*Dados parciais de janeiro a outubro

FEITOS POR NÚCLEOS REGIONAIS



FEITOS POR NÚCLEOS ESPECIAIS

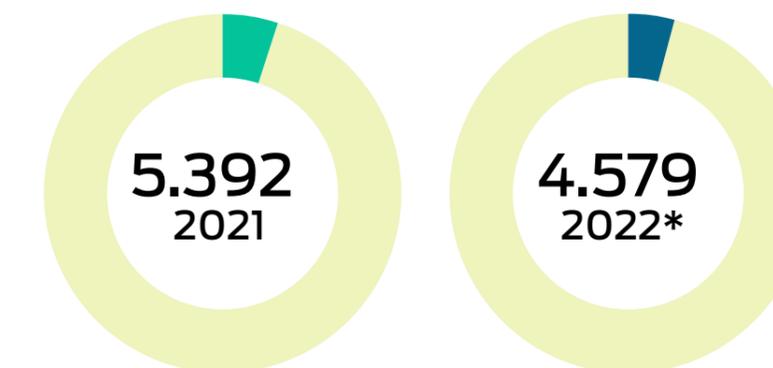
NÚCLEO ESPECIAL CRIMINAL E DE EXECUÇÃO PENAL (NECEP)



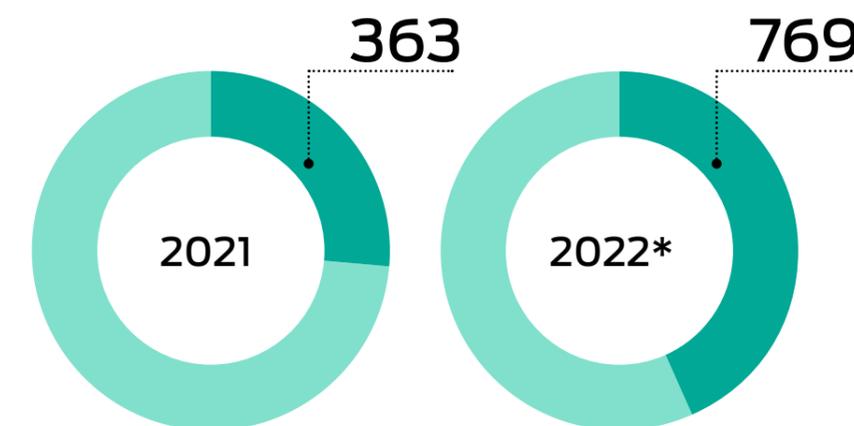
Legenda
 Estabelecimentos penais Júris realizados

*Dados parciais de janeiro a outubro

NÚCLEO ESPECIAL DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM (NECMA)



NÚCLEO ESPECIAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR (NUDECON/PROCON)



NÚCLEO ESPECIAL DE SAÚDE (NES)
Coordenadoria de Mediação em Saúde

2021

AÇÕES	109	INSUMOS	6
PEDIDO LIMINAR	107	PRÓTESES / ÓRTESES	1
PEDIDO LIMINAR CONCEDIDO	68	TFD	0
OBRIGAÇÕES DE FAZER	107	CADEIRA DE RODAS/CAMA	0
ALVARÁ (LAQUEADURA/TRANSPLANTE)	2	DENTÁRIO	0
OFÍCIOS	51	RESSARCIMENTO	0
CIRURGIAS	3	INTERNAMENTO COMPULSÓRIO	6
DIETA ALIMENTAR	1	TRANSFERÊNCIA PARA UTI /HOSPITALAR	1
MATERIAL CIRÚRGICO/HOSPITALAR	0	DANOS MORAIS	0
EXAMES	4	ELETROCONVULSOTERAPIA	2
MEDICAMENTOS	81	TOTAL	549

2022*

AÇÕES	150	INSUMOS	17
PEDIDO LIMINAR	149	PRÓTESES / ÓRTESES	0
PEDIDO LIMINAR CONCEDIDO	91	TFD	0
OBRIGAÇÕES DE FAZER	149	CADEIRA DE RODAS/CAMA	1
ALVARÁ (LAQUEADURA/TRANSPLANTE)	1	DENTÁRIO	0
OFÍCIOS	34	RESSARCIMENTO	0
CIRURGIAS	7	INTERNAMENTO COMPULSÓRIO	6
DIETA ALIMENTAR	2	TRANSFERÊNCIA PARA UTI /HOSPITALAR	11
MATERIAL CIRÚRGICO/HOSPITALAR	0	DANOS MORAIS	0
EXAMES	6	ELETROCONVULSOTERAPIA	1
MEDICAMENTOS	95	TOTAL	720

*Dados parciais de janeiro a outubro

2.2 Enfrentamento à Covid-19 e o retorno à normalidade

Até que o Estado pudesse atingir uma cobertura vacinal satisfatória, o funcionamento da Defensoria Pública continuou afetado pela pandemia de Covid-19, com idas e vindas na reaberturas de núcleos e salas e na cobrança por medidas de prevenção à contaminação pelo vírus. Além de melhorar o atendimento remoto neste período e ampliar a atuação da Defensoria Itinerante em todo o Estado, a Defensoria atuou fortemente em ações coletivas para garantir direitos a grupos vulnerabilizados.

CONFIRA ALGUMAS INICIATIVAS DA DEFENSORIA PÚBLICA NESTE PERÍODO QUE REPERCUTIRAM NA MÍDIA:

DPE recomenda que escolas particulares de Campina Grande compensem financeiramente falta de aulas no carnaval

Documento alega que suspensão vai gerar transtorno aos responsáveis dos alunos, já que repartições públicas e comércio funcionarão normalmente.

Por G1 PB

11/02/2021 15h17 · Atualizado há um ano

A Defensoria Pública do Estado (DPE-PB) recomenda que as escolas particulares de Campina Grande façam a compensação financeira aos responsáveis pelos alunos, caso não funcionem no período de 15 a 17 de fevereiro, destinado para comemoração do carnaval. A recomendação foi encaminhada ao Sindicato dos Estabelecimentos (...)

» NOTÍCIAS

DPE recomenda à PMCG transparência nas informações relacionadas à vacinação da Covid-19

Por: Larissa Claro - Publicado em: 18.01.2021

A Defensoria Pública do Estado da Paraíba, por meio do Núcleo de Direitos Humanos e da Cidadania (Necid) de Campina Grande, recomendou à Prefeitura Municipal de Campina Grande (PMCG) que disponibilize informações sobre os grupos prioritários que receberão as primeiras doses da vacina contra a Covid-19 (Coronavac).

O documento indica que sejam disponibilizados no site coronavirusecg.com.br os critérios de seleção, caso não sejam disponibilizadas doses suficientes para abarcar todas as pessoas que integram os grupos prioritários no município.

De acordo com o anúncio da PMCG no último dia 14, o público-alvo das primeiras doses da vacina é formado por profissionais de saúde, pessoas acima de 75 anos de idade e idosos em casa.

A [Recomendação 01/2021](#) ressalta que, de acordo com o Plano Estadual de vacinação, há, (...)



João Paulo Medeiros

4 de março de 2021 | 10:29

Defensoria Pública recomenda a proibição de formaturas e casamentos em Campina Grande

Decreto municipal autorizou eventos com, no máximo, 100 pessoas. Cidade está na bandeira amarela

A Defensoria Pública do Estado expediu ontem um documento recomendando que a prefeitura de Campina Grande determine a proibição da realização de eventos formais na cidade – como casamentos e formaturas – até o dia 15 deste mês. Na recomendação os (...)



DE 1947 PARA CÁ, MUITA DE 12 MIL MATÉRIAS AF

Publicado em: 29 jan 2021

Núcleo da Defensoria Pública de CG é mais uma vez sanitizado e funcionários testados para Covid-19

O Núcleo de Atendimento da Defensoria Pública do Estado (DPE-PB) em Campina Grande foi sanitizado mais uma vez nesta sexta-feira (29) para prevenir servidores e assistidos da contaminação pelo coronavírus (SARS-Cov-2). A higienização do ambiente foi realizada pela Superintendência de Trânsito e Transportes Públicos (STTP) de Campina Grande a pedido da coordenação do Núcleo. A Prefeitura Municipal de Campina Grande também atendeu ao pedido de testagem dos servidores que estão realizando atendimentos presenciais.

DPE-PB E OAB-PB EM CAJAZEIRAS BUSCAM RESGUARDAR MENORES DA COVID-19

DPE-PB e OAB-PB em Cajazeiras buscam resguardar menores da Covid-19

A preservação da integridade física, psicológica das crianças e adolescentes e o recrudescimento da pandemia da Covid-19, com o aumento diário nos números de casos e óbitos na Paraíba, motivaram a coordenadora do Núcleo Regional de Atendimento da DPE-PB em Cajazeiras, defensora pública Aline Mota e o presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB/PB Subseção local, Victor de Saulo Dantas Torres, a fazer, em caráter de urgência, uma série de Recomendação (...)

10/05/2021

PB: Após atuação da DPE, maternidade flexibiliza acompanhante durante o trabalho de parto

Fonte: ASCOM/DPE-PB
Estado: PB

O alívio que a auxiliar administrativa Lillybeth Dias Alves, de 32 anos, sentiu ao saber que estaria ao lado de um acompanhante escolhido por ela durante o trabalho de parto foi reconfortante e fez toda a diferença no nascimento de José Gabriel, na última sexta-feira (7). Ela foi uma das mulheres beneficiadas com a flexibilização do Instituto Cândida Vargas (ICV) em relação a presença do acompanhante no pré-parto, parto e pós-parto. A mudança é resultado da atuação da Coordenadoria de Defesa da Mulher e do Núcleo Especial de Direitos Humanos e da Cidadania (Necid) da Defensoria Pública do Estado (DPE-PB).

"Logo no começo eu estava bem apreensiva, achando que não ia conseguir ter um acompanhante, já que a maternidade havia suspenso, mas graças a Deus foi liberado porque passa mais segurança pra gente, que está entrando em trabalho de parto. É natural que a gente fique insegura nesse momento, então foi muito importante ter a companhia do meu parceiro, porque sem ele com certeza seria mais difícil", disse a auxiliar (...)

DPE-PB E OUTRAS 16 DEFENSORIAS BUSCAM NO STF PRIORIDADE PARA GESTANTES E PUÉRPERAS NA VACINAÇÃO DA COVID-19

A retomada pelo Ministério da Saúde da vacinação contra a Covid-19 em gestantes e puérperas, com e sem comorbidades, foi requerida ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, pelo Grupo de Atuação Estratégica das Defensorias Públicas Estaduais e Distrital nos Tribunais Superiores (GAETS), na Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental nº. 846, ajuizada pelo PSOL, Instituto Anís, Projeto Cravinas e a Rede Feminista de Ginecologistas e Obstetras. O pedido, formalizado pelo GAETS, se deu na condição de amicus curiae (terceiro admitido no processo para fornecer subsídios instrutórios – probatórios ou jurídicos – à solução, como essa, de causa revestida de especial relevância ou complexidade), no sentido de subsidiar o relator na decisão, foi subscrito também (...)



Publicado em: 4 jun 2021

Defensoria recomenda à PMCG distribuição de máscaras a gestantes

A Defensoria Pública do Estado da Paraíba, por meio do Núcleo Especial de Direitos Humanos e da Cidadania (Necid) de Campina Grande e da Coordenadoria de Defesa da Mulher, recomendou à Prefeitura Municipal de Campina Grande a distribuição de máscaras N95/PFF2, com aprovação pela ANVISA e selo do INMETRO, a mulheres gestantes e acompanhantes, principalmente, durante o período de consultas de pré-natal e de emergência, bem como na internação para o parto.

DPE-PB recomenda inclusão de gestantes e puérperas em grupo prioritário de vacinação da Covid-19

Ofício foi dirigido ao secretário de Estado da Paraíba, Geraldo Medeiros.

Por G1 PB

07/04/2021 06h11 · Atualizado há um ano

A Defensoria Pública do Estado da Paraíba (DPE-PB), por meio da Coordenadoria de Defesa da Mulher e do Núcleo de Mediação Sanitária, recomendaram à Secretaria de Estado da Paraíba (SES) que grávidas e puérperas sejam incluídas como grupo prioritário da vacinação contra a Covid-19 no estado. O ofício foi encaminhado na tarde desta terça-feira (6).

» NOTÍCIAS

EPIs adquiridos com verbas de penas pecuniárias são entregues à Prefeitura de Patos

Por Larissa Claro - Publicado em: 11.05.2021



Mais de 100 caixas de luvas de procedimentos adquiridas com verbas oriundas de penas pecuniárias foram entregues nesta terça-feira (11) à Prefeitura Municipal de Patos pela defensora pública Monaliza Montenegro e pela juíza Isabella Andrade. Os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) foram adquiridos a partir da doação de R\$ 10 mil em multas aplicadas pela Vara de Execução Penal (VEP) de Patos, que atendeu a um projeto apresentado pela Defensoria Pública do Estado (DPE-PB) de enfrentamento à pandemia de Covid-19.



Atuação da DPE-PB no STF cresceu mais de 60% na pandemia

A atuação da Defensoria Pública da Paraíba junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) foi destaque em uma pesquisa sobre as ações das Defensorias Públicas estaduais e da União junto ao órgão durante o primeiro ano da pandemia de Covid-19. As ações da DPE-PB demonstraram crescimento de 62,50% durante o período.

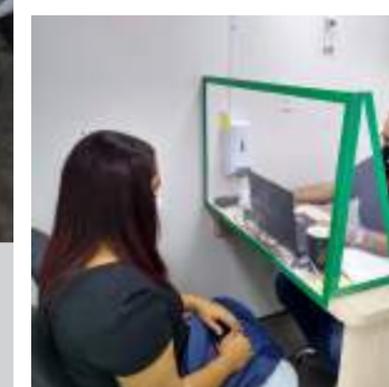
O estudo foi realizado pela pesquisadora

Luciana Jordão da Motta Armiliato de Carvalho, da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV EAESP), durante sua participação na Cátedra de Pesquisa Victor Nunes Leal do STF. A pesquisa trouxe decisões judiciais publicadas no Diário da Justiça Eletrônico (DJE) e casos disponíveis no repositório do STF relacionados à Defensoria Pública.

No levantamento, foram contabilizadas e comparadas as ocorrências das Defensorias Públicas em dois períodos: no período pré-pandemia, de fevereiro de 2019 a fevereiro de 2020, e o primeiro ano de pandemia, de março de 2020 a março de 2021. Destas ocorrências, 19 Defensorias apresentaram tendência de alta em suas atuações, com variação de mais de 50%, entre elas, a Paraíba.

Levantamento abordou ocorrências das Defensorias Públicas do país no primeiro ano de pandemia





2.3 Projetos Defensoria Itinerante e Balcões de Direitos interiorizam atendimentos

O programa Defensoria Itinerante desempenhou um papel fundamental na assistência à população vulnerável durante o biênio 2021/2022. Com os fóruns fechados e os Núcleos de Atendimento abrindo apenas parcialmente ao longo de 2021, foi a unidade móvel da DPE-PB com a equipe do projeto Balcões de Direitos que viabilizou o atendimento presencial em dezenas de cidades de todas as regiões do estado durante a pandemia.

Além de passar por dezenas de comarcas e termos de

comarcas, a unidade móvel também circulou pela Capital e Região Metropolitana, promovendo atendimentos no Fórum de Mangabeira, no Ponto de Cem Réis, em unidades prisionais e em comunidades. Foram 54 localidades de janeiro de 2021 a outubro de 2022. A Defensora Pública Josefa Elizabete, coordenadora dos projetos, ressalta que o programa Defensoria Itinerante superou a meta estabelecida para o período e foi além do seu papel de levar o atendimento da Defensoria Pública aos rincões do Estado.



Atendimentos realizados no interior do Estado, na Penitenciária Sílvio Porto e no Comunidade do Aratu, em João Pessoa

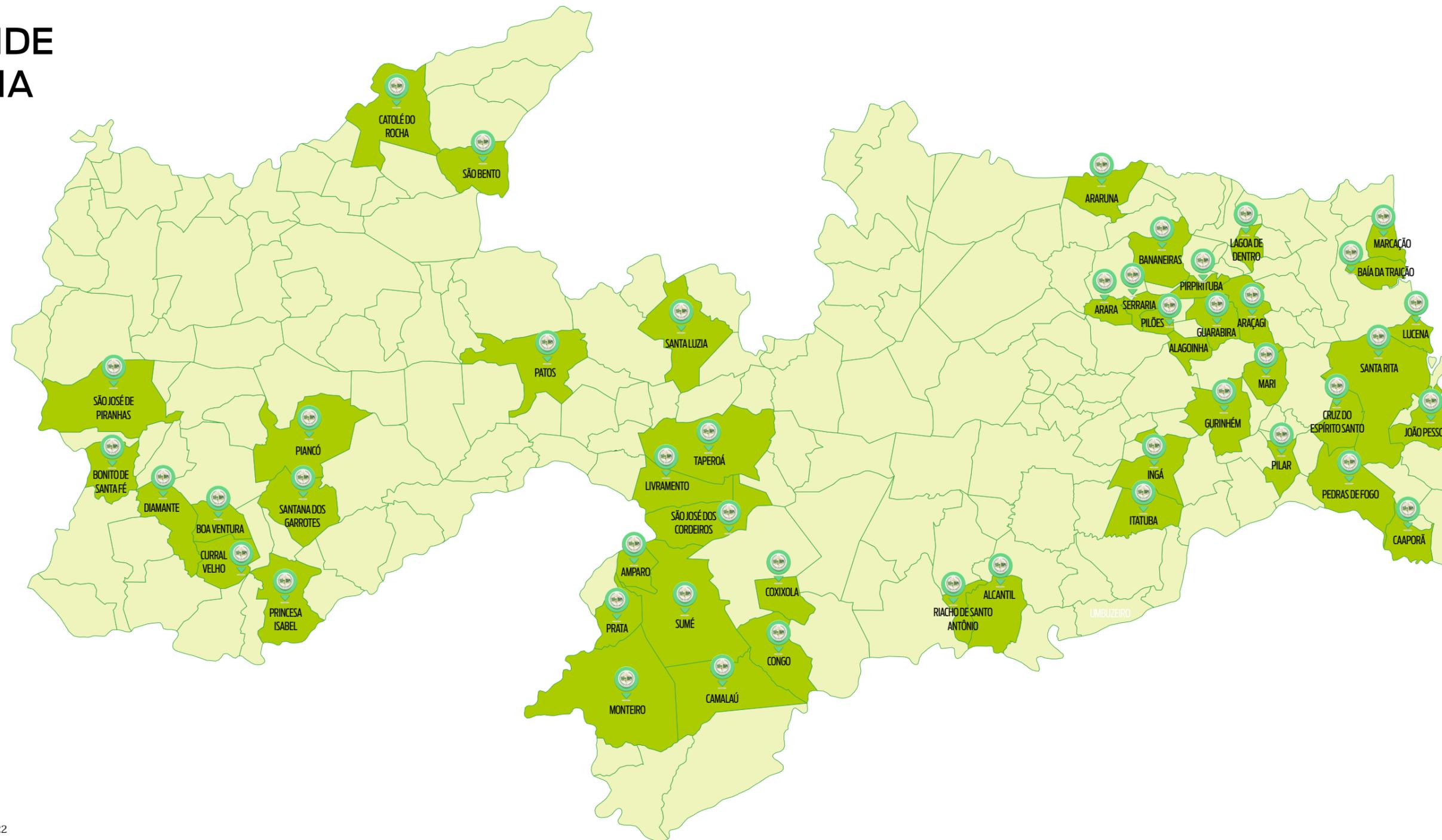


Equipe do projeto Balcões de Direitos atende no Fórum de Mangabeira e no Ponto de Cem Réis



Dezenas de comunidades carentes do interior do Estado foram atendidas pela unidade móvel da Defensoria Pública

VEJA POR ONDE A DEFENSORIA ITINERANTE PASSOU



EM 2021

CIDADES	36
ATENDIMENTOS NA UNIDADE MÓVEL	2.365
ATENDIMENTOS EM PRESÍDIOS E CADEIAS PÚBLICAS	244
TOTAL: 2.609	

EM 2022*

CIDADES	18
ATENDIMENTOS NA UNIDADE MÓVEL	1.360
ATENDIMENTOS EM PRESÍDIOS E CADEIAS PÚBLICAS	999
TOTAL: 2.359	

*Dados parciais de janeiro a outubro



Gestores da DPE-PB com os prefeitos, Leo Bandeira, de Lucena; Antônio Lucena Filho, de Bonito de Santa Fé; e Robério Burity, de Ingá

2.4 Termos de Cooperação Técnica beneficiam assistidos em cidades paraibanas

Com o objetivo de potencializar o atendimento dos assistidos nas cidades do interior, a DPE-PB firmou Termos de Cooperação Técnica com Prefeituras Municipais que se dispuseram a dar continuidade ao atendimento da Defensoria Pública na cidade, sobretudo nos municípios prejudicados com o fechamento da Comarca ou que receberam o projeto Defensoria Itinerante/ Balcões de Direitos.

O Termo prevê o apoio das prefeituras na estruturação do atendimento, disponibilizando instalação física e servidores para auxiliar no recebimento de documentos

e outros trâmites do atendimento. Assim, os assistidos dos municípios contemplados não precisam se dirigir até a Comarca mais próxima em busca de atendimento.

Atualmente, nove municípios estão pactuados com a Instituição, possibilitando mais facilidade no acesso das pessoas hipossuficientes à assistência jurídica integral e gratuita.

CIDADES PACTUADAS:

Lucena, Pedras de Fogo, Ingá, Piancó, Bonito de Santa Fé, Conde, Princesa Isabel, Uiraúna e Sapé

2.5 Defensoria Digital

Com o objetivo de levar atendimento às Comarcas onde não há Defensor Público titular, a DPE-PB lançou em fevereiro de 2022 a Defensoria Digital. O programa começou a ser implantado de forma experimental e se consolidou ao longo do ano. Até outubro, cinco defensores públicos foram nomeados para atuar remotamente em processos (PJe) e audiências de diversas varas, em nove comarcas selecionadas pelo programa.

De acordo com a idealizadora do programa e coordenadora da equipe, a Defensora Pública Naiara Dela Bianca, foi possível constatar durante a pandemia de Covid-19 que a digitalização dos processos, a atuação remota dos defensores públicos e a realização das audiências de forma virtual permitiam a atuação do Defensor independente do local de origem. O programa é mais uma forma de suprir o déficit de Defensores na Instituição, que já chega a 37,80%.



2.6 Núcleos Especiais e a defesa dos direitos coletivos e individuais

Com a mudança da Lei de Regência da Defensoria Pública, antigas coordenadorias ganharam corpo, tornando-se Núcleos Especiais. Foi o caso dos atendimentos especializados na defesa da mulher, da infância e juventude, e da pessoa idosa e da pessoa com deficiência, antes subordinados ao Núcleo Especial de Direitos Humanos e da Cidadania.

CONFIRA ALGUMAS INICIATIVAS DOS ORGÃOS DE ATUAÇÃO DA DPE-PB QUE REPERCUTIRAM NA MÍDIA:

Núcleo Especial de Cidadania e de Direitos Humanos (NECIDH)



EM BAYEUX

DP vai defender famílias ameaçadas de despejo

COMENTÁRIOS:

publicado em 20/02/2021 às 08h10
atualizado em 26/02/2021 às 05h41



A Defensoria Pública da Paraíba afirmou que vai se habilitar para fazer a defesa das famílias que residem na comunidade Cachoeira, em Bayeux, e que estavam preocupados com a possibilidade de despejo, após receberem intimação para apresentar defesa em ação que reivindica a posse do terreno onde vivem.



13/05/2021

PB: DPE reúne lideranças de movimentos negros e indígena para traçar metas de combate ao racismo estrutural

Fonte: ASCOM/DPE-PB
Estado: PB



Com a finalidade de traçar um Plano de Atuação em defesa da promoção de políticas de conscientização racial, a Defensoria Pública do Estado da Paraíba (DPE-PB), por meio do Núcleo Especial dos Direitos Humanos e da Cidadania (Necid), reuniu, nesta quarta-feira (12),

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA PARÁIBA

NOTÍCIAS

PMJP suspende demolição de casas em Gramame após atuação extrajudicial da DPE-PB

Por: Larissa Claro - Publicado em: 05.09.2021

Após notificação da Defensoria Pública do Estado da Paraíba (DPE-PB), a Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP) suspendeu a ordem de demolição de imóveis construídos em área pública do bairro de Gramame. A demanda chegou ao Núcleo Especial de Direitos Humanos e da Cidadania (Necid) da DPE por meio da Ouvidoria-Geral da instituição, que foi acionada pelas famílias que residem na área.

TERMÔMETRO DA POLÍTICA

JUSTIÇA - 27 de novembro de 2021

Defensoria Pública averigua situação do abrigo destinado à população despejada da Comunidade Dubai

Termômetro da Política

Compartilhe:

Defensoria alega que Ação Civil que culminou no despejo de mais de mil pessoas contrariou normas resolções vigentes na pandemia (Foto: Divulgação/DPE-PB)

Uma comitiva da Defensoria Pública do Estado da Paraíba (DPE-PB) esteve nessa sexta-feira (26) no Centro Profissionalizante Deputado

PARAÍBA JÁ

Início > Cotidiano

Mãe de Marielle Franco visita Núcleo de Direitos Humanos da DPE-PB

Defensoria estuda uma parceria com o Instituto Marielle Franco, criada com o foco na promoção e potencialização de mulheres negras

Por Redação Paraíba Já - 2 de setembro de 2021 às 10:20

NECIDH Coordenadoria de Defesa dos Direitos Homoafetivos, da Diversidade Sexual e do Combate da Homofobia

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA PARÁIBA

NOTÍCIAS

DPE recebe Marianna Chaves em live sobre multiparentalidade nas uniões homoafetivas nesta 4ª

Por: Larissa Claro - Publicado em: 31.05.2021

CONVIDADA MEDIADORA

PAIS E 2 MÃES Multiparentalidade nas uniões homoafetivas

A Defensoria Pública do Estado da Paraíba, por meio de sua Escola Superior, realiza no próximo dia 2 de junho, às 19h, uma live com a especialista em Direito das Famílias e Direito da Saúde, Marianna Chaves. Quem vai conversar com ela sobre "Multiparentalidade nas uniões homoafetivas" é a defensora pública Remédios Mendes, coordenadora de Diversidade Sexual e

PORTAL DO LITORALPB PRIORIZANDO O LITORAL SUL

Publicado em: 19 ago 2022

Defensoria Pública recebe Selo Iguais na Diversidade pelo trabalho desenvolvido com a população LGBTQIA+

O trabalho desenvolvido pela Coordenadoria de Defesa dos Direitos Homoafetivos, da Diversidade Sexual e do Combate da Homofobia nos últimos anos levou a Defensoria Pública do Estado da Paraíba a um reconhecimento

NECIDH

Coordenadoria de Combate ao Racismo e Proteção das Comunidades Indígenas, Quilombolas, Ciganas, demais Comunidades Tradicionais e Intolerância Religiosa

PORTAL CORREIO

CLIMA ▾ Campina Grande 📍 15:15

Início > Cidadania

Sistema Correio apoia campanha da Anadep e da DPE-PB contra racismo

Presidente da Associação Paraibana dos Defensores Públicos, Fábio Liberalino da Nóbrega, esteve no Sistema Correio

Redação, com informações da TV Correio

27/05/2021 14:28

Para marcar o encerramento do Mês da Defensoria Pública e com o objetivo de promover a campanha "Racismo se combate em todo lugar: Defensoras e Defensores Públicos pela equidade étnico-racial", da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (Anadep), a Defensoria Pública da Paraíba (DPE-PB) realiza nos próximos dias 28 e 31 de maio lives temáticas com convidados. A transmissão se dará no perfil da DPE no Instagram, @defparaiba. Na Paraíba, a campanha tem o apoio do Sistema Correio de Comunicação.

F5 online

Atualizado: 23 de agosto de 2022 às 06h55

Mais de 30 expressões religiosas se unem pela diversidade e contra a intolerância na Paraíba

Fórum Diversidade Religiosa PB completa 9 anos articulando políticas públicas e mobilizando sociedade civil e instituições contra a intolerância religiosa no estado.

Por **Matheus Melo** | 23 de agosto de 2022 às 06h34

Lideranças religiosas e representantes de instituições se unem em evento alusivo à Semana Municipal de Combate à Intolerância Religiosa - Fotos: Saulo Gimenez/Arquivo pessoal

Em Cajazeiras, no Alto Sertão paraibano, um pároco e seu grupo de fiéis realizavam uma procissão pelas ruas da cidade quando foram surpreendidos por fundamentalistas proferindo insultos, taxando o ritual católico de "diabólico" e afirmando que os cristãos não deveriam estar celebrando

Roda de conversa

RACISMO SE COMBATE EM TODO LUGAR

Construindo instituições antirracistas

28 de maio, às 18h

Participantes: Lílian, Izabela, Aline

LIVE

JULHO DAS PRETAS

Em homenagem ao Dia da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha e Dia de Tereza de Benguela

28 de julho, às 19h

Participantes: Ana Gabriela, Isadora Brandt, Aline Mota

RODA DE DEBATE

Direito Socioeducativo, Gênero e Raça

SEGUNDA

27.SET às 19h

Participantes: Diana Mota, Renata Furtado, Luis Gabriel, Aline Mota

Roda de conversa

Construindo uma Defensoria Pública antirracista

31 de maio, às 18h30

Participantes: Carla, Alagoas, Aline

LIVE

Reconhecimento de Pessoas e Racismo Estrutural

19 de agosto, às 18h

Participantes: Salomão, Lara Teles, Sara Bonazzoli

LIVE

Mês da Consciência Negra

Mulheres negras em situação de cárcere

30.nov às 20h

Participantes: Mayara Tachy, Rita Lima, Denize Souza, Aline Mota

NECIDH

Coordenadoria de Cidadania e dos Direitos Humanos de Campina Grande

Home > Política

Justiça suspende reintegração de posse em CG e convoca Núcleo de Direitos Humanos da DPE para atuar no processo

27 de maio de 2021

Após pedido do Conselho Estadual de Direitos Humanos da Paraíba (CEDHPB) à 1ª Vara Cível de Campina Grande, o Poder Judiciário reconheceu a necessidade de atuação do Núcleo Especial dos Direitos Humanos e da Cidadania (Necid) da Defensoria Pública do Estado (DPE-PB) como custos vulnerabilis em ação que trata sobre o despejo de várias pessoas nas proximidades da avenida João Walig, no final do Distrito dos Mecânicos, em Campina Grande.

Tal desocupação já se encontrava em fase de concretização, mas foi suspensa em razão de vários fatores, dentre os quais a não participação do Necid/CG como custos

08/03/2021

PB: DP comemora inconstitucionalidade da lei que proibiu uso de banheiros por identidade de gênero em CG

Fonte: ASCOM/DPE-PB
Estado: PB

O coordenador do Núcleo dos Direitos Humanos e da Cidadania (Necid) da Defensoria Pública do Estado (DPE-PB), Marcel Joffily, comemorou a decisão do Pleno do Tribunal de Justiça da Paraíba (TJPB), que declarou a inconstitucionalidade formal da lei nº 7.520/2020 do Município de Campina Grande. O texto proíbe a interferência de uma suposta "ideologia de gênero" nas escolas públicas e privadas de ensino fundamental da cidade, no que diz respeito ao uso de banheiros, vestiários e demais espaços separados pelo sexo biológico.

A Defensoria Pública do Estado da Paraíba (DPE-PB) foi habilitada para atuar na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) promovida pelo Partido dos Trabalhadores (PT) na qualidade de custos vulnerabilis (guardião dos vulneráveis).

Para o defensor público Marcel Joffily, a lei representou um verdadeiro retrocesso no tema de proteção aos

Notícias

Defensoria Pública ingressa com ACP por reserva de vagas para pessoas negras no concurso da Polícia Civil

12/11/2021

Após recomendar ao Governo do Estado a inclusão de reserva de vagas para pessoas negras no concurso da Polícia Civil, a Defensoria Pública do Estado da Paraíba (DPE-PB), por meio do Núcleo de Direitos Humanos e da Cidadania de Campina Grande, ingressou com uma ação civil pública (ACP), com pedido de tutela antecipada, para que o Governo do estado inclua as cotas raciais no edital Nº 01 EAD/SEDS/PC.

Núcleo Especial de Defesa e Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, Idosas, Moradores de Rua e demais grupos vulneráveis (NEPEDIV)

Home > Paraíba

Defensoria e sociedade civil comemoram correção da acessibilidade na obra da Epitácio Pessoa

O trabalho da Comissão Permanente de Acessibilidade – criada a partir da necessidade de fiscalizar as falhas nas obras de requalificação da Avenida Epitácio Pessoa no que diz respeito a acessibilidade – está rendendo bons frutos. Já é possível ver que a Prefeitura Municipal de João Pessoa iniciou correções propostas em recomendação feita pela Defensoria Pública do Estado (DPE-PB) e pela sociedade civil a partir do trabalho dessa Comissão, a exemplo da instalação do piso direcional no eixo central da calçada.

"Após diálogos realizados com a PMJP sobre a acessibilidade na Av. Epitácio Pessoa, observamos que eles nos atenderam e estão realizando as obras observando a acessibilidade reclamada pelo segmento PCD", comemorou a defensora pública

Defensoria Pública promove debate no Instagram sobre mulher com deficiência

A Defensoria Pública do Estado da Paraíba (DPE-PB) realiza nesta quinta-feira (17) um debate sobre "A mulher com deficiência: atuações em prol do rompimento de barreiras sociais em um contexto de pandemia". O tema será abordado em uma transmissão ao vivo (live) na rede social digital Instagram pela deputada estadual **Cida Ramos** (PSB) e a publicitária Carolina Vieira, com mediação da defensora pública Fernanda Peres, coordenadora de Promoção dos Direitos das Pessoas Idosas e das Pessoas com Deficiência da DPE-PB. O evento terá tradução simultânea em libras.

"É urgente voltarmos o olhar para as pessoas com deficiência, pessoas estas que, infelizmente, sofrem repetidas violações a seus direitos, tendo que enfrentar diversas barreiras existentes em nossa sociedade, as quais dificultam, sobremaneira, sua plena inclusão.

» NOTÍCIAS

Defensoria participa de audiência sobre acessibilidade, transporte público e mobilidade na ALPB

Por: Larissa Claro - Publicado em: 16.05.2022



A coordenadora do Núcleo Especial de Defesa e Proteção dos Direitos das Pessoas com Deficiência e Idosa (NEPED) da Defensoria Pública do Estado (DPE-PB), Fernanda Peres, participou nesta quarta-feira (15), na Assembleia Legislativa da Paraíba (ALPB), de uma audiência pública para debater questões sobre acessibilidade, mobilidade urbana e transporte público. A audiência foi proposta pela deputada Cida Ramos, presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência da

Início > Concursos

Justiça confirma suspensão do teste físico para PcD no concurso da Polícia Civil

Decisão acata pedido da DPE e determina multa de R\$ 100 mil em caso de descumprimento

Redação

01/07/2022 18:03

A Justiça confirmou nesta sexta-feira (1º) a suspensão do teste físico para pessoa com deficiência no concurso da Polícia Civil do estado da Paraíba. A decisão é resultado da Ação Civil Pública ingressada pela Defensoria Pública do Estado da Paraíba e confirma **a liminar deferida pela Justiça em março deste ano**, que suspendeu o teste para PcD até que seja feita uma adaptação no Teste de Aptidão Física (TAF) para pessoas com deficiência.

Núcleo Especial de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher (NUDEM)

Notícias | Matéria

8 de março de 2021 11:11

Defensoria lança canal de atendimento para vítimas de violência doméstica

Um novo canal de atendimento para vítimas de violência doméstica foi divulgado pela Defensoria Pública do Estado (DPE). Por meio do Chat Online, criado pela DPE durante a pandemia para possibilitar o atendimento remoto aos assistidos, as mulheres vítimas de violência vão encontrar atendimento especializado de segunda a sexta, das 8h às 12h. A iniciativa é da Coordenadoria de Defesa da Mulher.

Por meio do chat, as mulheres poderão tirar dúvida; encaminhar pedidos de medida protetiva de urgência; obter informações sobre o andamento de processos judiciais já em curso; esclarecimentos acerca do deferimento e intimações de me

Navegue →

Publicado em: 12 set 2021

Resolução nº 65/2021 regulamenta o atendimento à mulher em situação de violência na DPE-PB

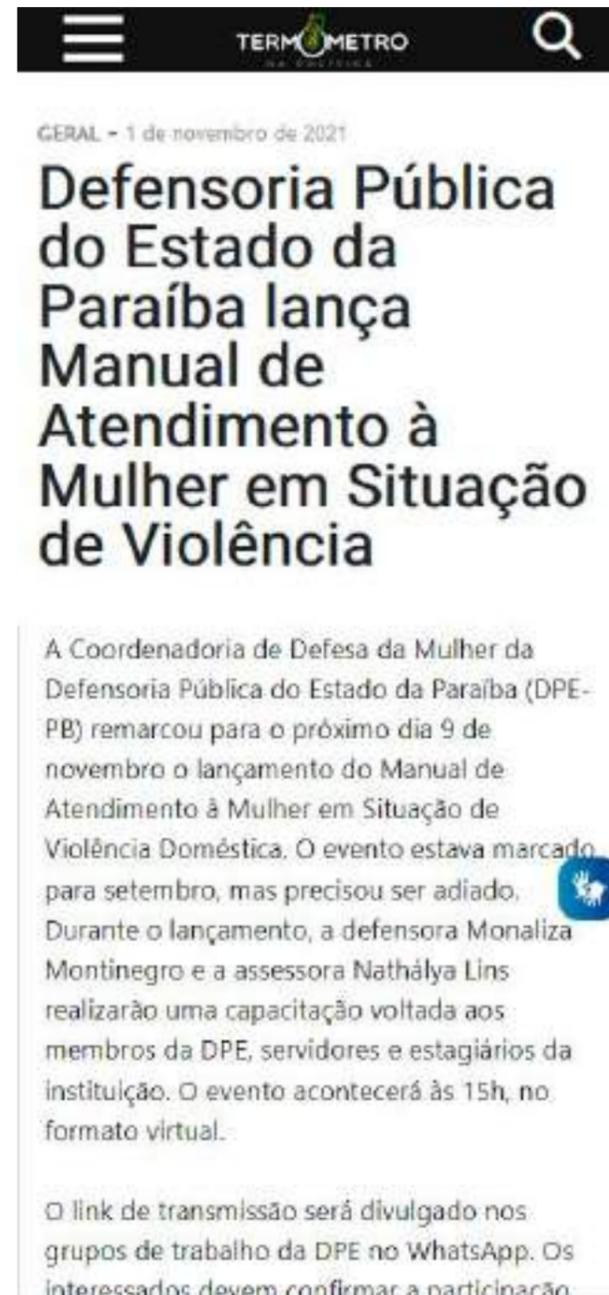
Desde junho, o atendimento da Defensoria Pública do Estado da Paraíba (DPE-PB) às mulheres em situação de violência passou a ser regulamentado por meio da [Resolução nº 65/2021](#). O documento foi aprovado pelo Conselho Superior da DPE-PB e publicado da edição de 15 de junho de 2021 do Diário Oficial Eletrônico da DPE-PB.

Formulada pela Coordenadoria de Defesa da Mulher, a Resolução coloca a instituição como um espaço de escuta qualificada e sensível às questões de gênero (Art. 1): também destaca



Publicado em 20 de out de 2022
Por Redação do Portal da Capital

A Defensoria Pública da Paraíba, por meio do Núcleo Especial de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher (NUDEM), articulou uma parceria com a Gerência de Políticas Públicas para as Mulheres da Prefeitura de Conde para estabelecer uma melhoria na rede de atendimento às mulheres do município. O serviço será voltado para mulheres em situação de violência doméstica ou familiar.

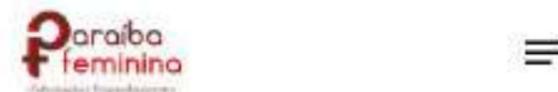


GERAL - 1 de novembro de 2021

Defensoria Pública do Estado da Paraíba lança Manual de Atendimento à Mulher em Situação de Violência

A Coordenadoria de Defesa da Mulher da Defensoria Pública do Estado da Paraíba (DPE-PB) marcou para o próximo dia 9 de novembro o lançamento do Manual de Atendimento à Mulher em Situação de Violência Doméstica. O evento estava marcado para setembro, mas precisou ser adiado. Durante o lançamento, a defensora Monaliza Montenegro e a assessora Nathálya Lins realizarão uma capacitação voltada aos membros da DPE, servidores e estagiários da instituição. O evento acontecerá às 15h, no formato virtual.

O link de transmissão será divulgado nos grupos de trabalho da DPE no WhatsApp. Os interessados devem confirmar a participação



Defensoria Pública: Defesa da Mulher ganha status de Núcleo Especial e divulga balanço dos últimos 12 meses

By Da Redação 23 de março de 2022

Início » Defensoria Pública: Defesa da Mulher ganha status de Núcleo Especial e divulga balanço dos últimos 12 meses

A então Coordenadoria de Defesa da Mulher da Defensoria Pública do Estado (DPE-PB), antes subordinada ao Núcleo Especial de Direitos Humanos e da Cidadania (NECID), ganhou status de núcleo em 2022 com a aprovação da Lei Complementar 169/2021, que atualizou a lei de regência da instituição (104/2012). A mudança foi comemorada pelas defensoras públicas Raíssa Palitot e Monaliza

Núcleo Especial de Proteção à Infância e da Juventude (NEPIJ)



CLIMA Patos 35,49°C 16:24

Início > Justiça

Mutirão 'Meu Pai tem Nome' tem exames gratuitos de DNA neste sábado (12), em JP

Projeto que incentiva reconhecimento da paternidade ocorre em João Pessoa e Campina Grande

Redação
11/03/2022 16:41

A Defensoria Pública da Paraíba (DPE-PB) realiza neste sábado (12), em João Pessoa e Campina Grande, o projeto "Meu Pai Tem Nome". O objetivo é incentivar o reconhecimento da paternidade e garantir a crianças e adolescentes e a filiação completa no registro de nascimento.

Na Capital, além de sessões extrajudiciais de mediação e conciliação para o reconhecimento espontâneo e o reconhecimento socioafetivo, será possível realizar a coleta de sangue para o exame gratuito de DNA



Publicado em 11 de out de 2022
Por Redação do Portal da Capital

O coordenador do Núcleo Especial de Proteção à Infância e da Juventude (NEPIJ), Rodrigues Júnior, reuniu nesta segunda-feira, na Sede Administrativa da Defensoria Pública do Estado (DPE-PB), conselheiros tutelares das cinco regiões de João Pessoa. Na pauta, propostas de parcerias e atuação conjunta em benefício das crianças e adolescentes da Capital.

Uma das ideias levadas aos conselheiros, explica Rodrigues, é a extensão do mutirão

» NOTÍCIAS

Defensores que atuam na proteção de criança e adolescente participam de capacitação promovida pelo NEPIJ

Por: Larissa Cláudio - Publicado em: 06.09.2022



A Defensoria Pública do Estado da Paraíba, por meio do Núcleo Especial de Proteção à Infância e Juventude (NEPIJ), deu continuidade na última sexta-feira (2) ao ciclo de palestras voltadas à capacitação de defensores(as) e servidores(as) que atuam na defesa e proteção de crianças e adolescentes. O evento contou com o apoio do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAM) e (...)

13/10/2022

PB: Itinerante e NEPIJ realizam dia dedicado às crianças no Ponto de Cem Réis

Fonte: ASCOM/DPEPB
Estado: PB



O projeto Defensoria Itinerante e o Núcleo Especial de Proteção à Criança e à Juventude (NEPIJ) da Defensoria Pública da Paraíba (DPE-PB) realizaram na manhã desta terça-feira (11), no Ponto de Cem Réis, uma ação de promoção dos direitos da criança e do adolescente. Na ocasião, foram realizados diversos atendimentos e distribuídos brinquedos entre as crianças que acompanharam os pais. O evento se deu em alusão ao Dia das Crianças.



Defensoria Pública da Paraíba adere ao Pacto Nacional pela Primeira Infância

By Taty Valéria 20 de abril de 2021

[Início](#) » Defensoria Pública da Paraíba adere ao Pacto Nacional pela Primeira Infância



A Defensoria Pública do Estado da Paraíba está entre as 84 instituições do Nordeste que se somaram ao

Pacto pela Primeira Infância, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A adesão ocorreu durante o Seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância – Região Nordeste, realizado no formato virtual nos últimos dias 15 e 16 de abril, pelo CNJ, Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) e da

2.7 Iniciativas potencializam atuação da Defensoria na Execução Penal

A Defensoria Pública do Estado é responsável por aproximadamente 90% das ações que tramitam na Justiça estadual na área criminal. De acordo com dados extraídos do balanço de atividades de 2021 da Coordenadoria Administrativa de Execução Penal e Acompanhamento aos (as) Defensores (as) Públicos (as) nos Estabelecimentos Penais (CAEP), a média de defensores públicos por preso na Paraíba é de 1 pra 100. De acordo com a última estatística, 115 Defensores Públicos estão presentes em 69 estabelecimentos prisionais em todo o Estado.

Projeto Execução Penal Além do Cárcere

Com o objetivo de assegurar às pessoas privadas de liberdade o pleno exercício de seus direitos e garantias fundamentais e capacitar estudantes para prática em execução penal sob a perspectiva da defesa, além de incentivar uma execução penal humanizada e acolhedora, a Defensoria Pública deu início em março de 2021 ao Projeto de Pesquisa e Extensão Execução Penal Além do Cárcere (EPAC).

O projeto foi desenvolvido pela então GEEPAPA, atual Coordenadoria Administrativa de Execução Penal e Acompanhamento aos (as) Defensores (as) Públicos (as) nos Estabelecimentos Penais (CAEP), sob a coordenação da Defensora Aline Sales, em parceria com a Pastoral Carcerária e o Centro Universitário de João Pessoa (Unipê) e, ainda, com apoio da Secretaria de Estado da

Administração Penitenciária (Seap).

Assim, foi realizada uma capacitação em prática de execução penal dos estudantes selecionados, ministrada por três Defensoras Públicas: Aline Sales, Naiara Antunes de La Bianca e Iara Bonazzoli. O projeto contou com dois grupos de 12 estudantes, em cada semestre do ano. O encerramento do primeiro semestre foi realizado com uma prática de justiça restaurativa: um círculo de diálogo com a participação das Defensoras Públicas convidadas Monaliza Maelly e Marianne Fontenelle. Já o encerramento do segundo semestre se deu com a realização de visita à Penitenciária Desembargador Silvio Porto com a realização de atendimentos aos reeducandos pelos estudantes do projeto.



Curso de Atualização Virtual em Execução Penal e publicação do compilado “Execução Penal pela Lente da Defensoria Pública”

A então GEEPAPA, atual CAEP, coordenada pela Defensora Waldelita Cunha, lançou um compilado do Curso de Atualização Virtual em Execução Penal, realizado pela mesma Gerência em abril de 2021. A publicação “Execução Penal pela Lente da Defensoria Pública” foi distribuída entre os Defensores para servir como guia de trabalho. O compilado reúne os materiais explorados durante o curso, com destaques em teses de defesa, nas atualizações legais, doutrinários e jurisprudenciais, sempre contextualizados à prática dos Defensores Públicos.

A publicação reúne trabalhos das Defensoras Públicas autoras: Aline de A. Sales da Silva (Paraíba), Iara Bonazzoli (Paraíba), Naiara Antunes Dela-Bianca (Paraíba) e Alessa Pagan Veiga (Minas Gerais).



Concurso de poesia para mulheres encarceradas

A Defensoria, por meio da CAEP e do NUDEM, lançou em 2021 e deu continuidade em 2022 ao concurso de poesia “Transformando o silêncio das grades em linguagem”. As duas edições foram realizadas em maio, como atividade alusiva ao Mês da Mulher. Além das poesias vencedoras, outras cinco reeducandas receberam menções honrosas pelos seus trabalhos.



Criação do Grupo de Trabalho da Execução Penal

Apenas de fevereiro a agosto de 2022, o Grupo de Trabalho (GT) da Execução Penal, que reúne Defensores Públicos ligados à CAEP, já havia realizado 1.342 procedimentos, entre atendimentos, requerimentos e petições em unidades prisionais de todo o Estado.

O GT foi criado pela CAEP por meio da Portaria Nº 117/2022 DPPB/GDPG, publicada em fevereiro, com a finalidade de realizar atividades jurídicas em favor das pessoas privadas de liberdade, custodiadas nos estabelecimentos penais do Estado.

3

ARTICULAÇÃO COM OS PODERES

O DPG Ricardo Barros e a Subdefensora Madalena Abrantes participam de audiência com o governador João Azevêdo, na companhia do vice-líder da bancada governista na ALPB, o deputado Raniery Paulino



3.1 Visitas institucionais

João Azevêdo recebe Defensores eleitos em lista tríplice para o biênio 2021/2022



No final de 2020, o DPG Ricardo Barros, a Subdefensora Madalena Abrantes e o então membro do Conselho Superior, Gerardo Rabello, foram recebidos no dia 29 de dezembro na Granja Santana, pelo governador João Azevedo. A visita aconteceu após a eleição para Defensor Público-Geral da Paraíba do biênio 2021/2022 e os três compunham a lista tríplice. Na ocasião, as lideranças da Defensoria Pública apresentaram ao chefe do Executivo serviços, projetos e ações da instituição previstos para o atual biênio.

DPG sai em busca de emendas parlamentares para projetos em Brasília



Ainda em 2020, acompanhado da Subdefensora Madalena Abrantes e da coordenadora de Projetos da DPE, a defensora Elizabete Barbosa, o DPG Ricardo Barros aproveitou a reunião do CONDEGE, em Brasília, para visitar gabinetes de parlamentares paraibanos em busca de apoio para projetos da Defensoria Pública. A comitiva foi recebida no dia 10 de dezembro pelos deputados Julian Lemos e Efraim Filho e ainda esteve com as chefias de gabinete dos deputados Hugo Motta, Wellington Roberto e Wilson Santiago.

Raniery Paulino parabeniza categoria pelo Dia do Defensor Público



O deputado estadual e então vice-líder do Governo na Assembleia Legislativa da Paraíba (ALPB), Raniery Paulino, fez uma visita de cortesia à Defensoria Pública no dia 5 de maio de 2021, onde aproveitou a oportunidade para parabenizar a categoria pelo Dia do Defensor Público, celebrado em 19 de maio. O parlamentar se colocou mais uma vez à disposição da Instituição para ser um porta-voz da categoria no Legislativo.

Defensoria discute parcerias com o presidente da Câmara Municipal de João Pessoa



O DPG Ricardo Barros e a subdefensora Madalena Abrantes foram recebidos no dia 24 de maio de 2021 pelo presidente da Câmara Municipal de João Pessoa, o vereador Dinho. Entre os assuntos da pauta, a renovação do Termo de Convênio entre a Câmara e a Defensoria Pública, que possibilitou a retomada dos atendimentos da Instituição na Casa Napoleão Laureano.

Deputado Wilson Filho reforça compromisso com a Defensoria Pública



O deputado estadual Wilson Filho, então líder do Governo, foi recebido no dia 13 de maio de 2021 pelo DPG Ricardo Barros e pela subdefensora Madalena Abrantes, na Sede da Defensoria Pública. O parlamentar reforçou o compromisso de lutar em defesa da Instituição e parabenizou a categoria pelo Dia do Defensor Público.

Autora de emendas para a Defensoria, senadora Nilda Gondim visita Sede da DPE-PB



Responsável pela destinação de R\$ 5,5 milhões em emendas parlamentares individuais e de bancada destinadas à Defensoria Pública para a construção da Casa da Mulher Brasileira, a senadora Nilda Gondim visitou a Sede da Defensoria no dia 28 de junho de 2021. Além de tratar dos recursos já destinados, a senadora se comprometeu a continuar representando os interesses da Instituição em Brasília.

Parlamentar recebe Defensores para discutir pautas em benefício de vulneráveis



Em 18 de janeiro de 2022, foi a vez do deputado estadual Raniery Paulino receber a visita do DPG Ricardo Barros, do coordenador do Núcleo de Atendimento da Defensoria Pública em Campina Grande, Lucas Soares, e do defensor público Rodrigues Júnior para discutir pautas em benefício de pessoas em situação de vulnerabilidade social. O encontro aconteceu na sede da Fundação Ulysses Guimarães, em João Pessoa.

Ricardo Barros recebe Procurador-Geral do Estado em visita à DPE-PB



O Procurador-Geral do Estado, Fábio Andrade, esteve na Sede da Defensoria Pública no dia 11 de março de 2022, atendendo a um convite do DPG Ricardo Barros para conhecer a estrutura da Defensoria e estreitar o diálogo entre as instituições. Os Subdefensores Madalena Abrantes e Gerardo Rabello também receberam o PGR.

Procurador Eduardo Varandas visita Sede da DPE, reformada com recursos do MPT



O Procurador do Ministério Público do Trabalho, Eduardo Varandas, visitou a Sede da Defensoria no dia 22 de abril de 2022, quando selou mais uma vez a disposição do MPT em apoiar o crescimento da Defensoria Pública por meio de parcerias entre as instituições. O MPT teve um papel fundamental na reforma da Sede Administrativa da DPE, bem como na ampliação da sua atuação por meio do projeto Balcões de Direitos. A execução das duas ações foi possível com a destinação de recursos provenientes de ações de execução do MPT.

Corregedor-Geral do TJPB é recebido na Sede Administrativa da Defensoria



O Corregedor-Geral de Justiça, desembargador Fred Coutinho, visitou a Defensoria Pública no dia 15 de junho de 2022, acompanhado dos juízes-corregedores Fábio Araújo, Ely Jorge e Aparecida Gadelha. A comitiva foi recebida pelo DPG Ricardo Barros, a Subdefensora Madalena Abrantes, o Corregedor-Geral da DPE, Alípio Bezerra, e a coordenadora da CAEP, Waldelita Cunha.

Nilda Gondim retorna à Defensoria em visita de cortesia



Autora de emendas destinadas à Defensoria Pública para a construção da Casa da Mulher Brasileira, a senadora Nilda Gondim voltou à Sede Administrativa da DPE no dia 30 de agosto de 2022. Participou da visita o DPG Ricardo Barros, os Subdefensores Madalena Abrantes e Gerardo Rabello e os Defensores Públicos Josefa Elizabete (Casa da Mulher Brasileira); Remédios Mendes (Núcleo Especial da Saúde) e André Pessoa (Central de Flagrantes).

3.2 Parcerias que rendem frutos

Destinação de emendas possibilitam instalação de núcleos especializados em João Pessoa

A Defensoria Pública ganhou em 2021 dois novos núcleos especializados para o atendimento à pessoa idosa e às crianças e adolescentes vítimas de violência. Tais núcleos já estavam previstos em lei, mas ainda não haviam sido instalados. Os recursos para implantação dos núcleos são oriundos do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, via emenda parlamentar dos deputados Julian Lemos e Wilson Santiago. A inauguração aconteceu no dia 15 de outubro de 2021, com a presença da secretária nacional de Proteção Global do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Mariana Neris, e do deputado Julian Lemos.



NÚCLEO ESPECIALIZADO PARA ATENDIMENTO E ACOMPANHAMENTO MULTIDISCIPLINAR À PESSOA IDOSA

O Núcleo Especializado para Atendimento e Acompanhamento Multidisciplinar à Pessoa Idosa foi criado a partir da destinação de recursos de emenda do deputado federal Wilson Santiago. O equipamento se dispõe a promover a ampla defesa dos direitos individuais e coletivos das pessoas idosas, conforme prevê o artigo 4º, da Lei Complementar 80/1994.

NÚCLEO INTEGRADO DE ATENDIMENTO E ACOMPANHAMENTO ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA

A instalação deste núcleo foi possível a partir da aprovação do projeto “Criança e Adolescente - O Futuro do Brasil”, financiado com recursos de emenda do deputado Julian Lemos. O equipamento atua na tutela de crianças e adolescentes vulneráveis e em situação de risco, principalmente em casos de abusos e violência doméstica e familiar. Além da assistência jurídica, a DPE também atua extrajudicialmente, com visitas a instituições e realização de palestras em escolas.

Com recurso em caixa, instalação da Casa da Mulher Brasileira avança

Após quase 10 anos de espera, a cidade de João Pessoa vai finalmente ganhar uma Casa da Mulher Brasileira. O projeto aprovado pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos já conta com recursos na ordem de R\$ 6.150.000,00 (seis milhões, cento e cinquenta mil reais) em caixa, fruto da destinação de emendas parlamentares dos senadores Nilda Gondim (R\$ 5,4 milhões), Veneziano Vital do Rêgo (R\$ 300 mil) e Daniella Ribeiro (R\$ 300 mil), além do deputado federal Aguinaldo Ribeiro (R\$ 100 mil).

A CMB é um equipamento de atendimento humanizado que facilita o acesso a serviços especializados para garantir condições de enfrentamento à violência doméstica e

autonomia econômica das mulheres. Criada em 2013 pelo Governo Federal, a Casa da Mulher Brasileira faz parte atualmente do programa Mulher Segura e Protegida e representa uma inovação em termos de gestão.

A unidade vai reunir em um único espaço o Núcleo Especial de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher (NUDEM) da DPE-PB, o Juizado Especial de Violência Doméstica, Ministério Público, Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher, equipe multidisciplinar com psicólogo, assistente social e a Patrulha Maria da Penha.

A Defensoria já disponibilizou o local para a instalação do equipamento e aguarda soluções técnicas para iniciar a obra.



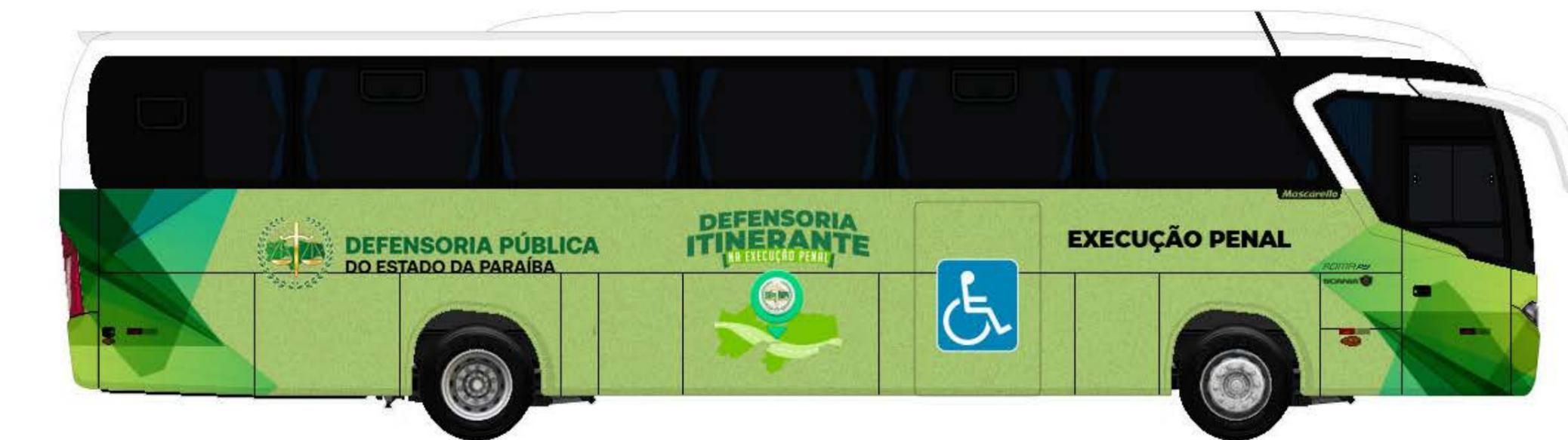
Modelo da Casa da Mulher Brasileira a ser implantado pela Defensoria Pública em João Pessoa



Recursos garantidos para ampliar o Programa Defensoria Itinerante na Execução Penal

Por meio de um novo convênio com o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), a Defensoria Pública já garantiu recursos na ordem de R\$ 1,5 milhão para a aquisição de um ônibus que será adaptado em mais uma unidade móvel. Os escritórios serão destinados ao atendimento do projeto Defensoria Itinerante de Assistência Jurídica e Social às Pessoas Privadas de Liberdade, que circulará pelas unidades prisionais do Estado.

De acordo com o projeto, o ônibus contará com a estrutura de três escritórios, oito lugares para passageiros, uma cela, uma recepção, um banheiro adaptado para PCD e uma copa. Também estão garantidos no projeto todo o mobiliário, infraestrutura elétrica e hidráulica e acesso rápido à internet.





Defensoria Pública ganha sala nova na Câmara Municipal de João Pessoa

A Defensoria Pública da Paraíba ganhou um espaço novo na Câmara Municipal de João Pessoa (CMJP). Após o retorno das atividades presenciais, em outubro de 2021, a Sala de Atendimento da DPE passou a funcionar no anexo 2 da Casa de Napoleão Laureano, vizinho à Caixa Econômica Federal, na Avenida Trincheiras, Centro.

A permanência da sala da Defensoria no interior da CMJP é fruto do Acordo de Cooperação Técnica entre os órgãos, renovado em maio de 2021 pelo DPG Ricardo Barros e o presidente da Câmara, vereador Dinho. O acordo também prevê parcerias com a TV Câmara para produção, divulgação e transmissão de conteúdos relacionados à atuação da Defensoria Pública.



Casa da Cidadania de Campina Grande ganha um posto de atendimento da Defensoria Pública

Em 2022, Campina Grande ganhou um novo posto de atendimento da Defensoria Pública. A sala inaugurada em março fica dentro da Casa da Cidadania e chegou a ser ampliada em outubro, por causa da imensa procura pelos serviços da Defensoria Pública. De acordo com dados do Núcleo Regional da DPE em Campina Grande, os atendimentos mensais dobraram no segundo semestre do ano. De março a outubro, os atendimentos já somavam 680 e 365 ações já haviam sido protocoladas. No local, são realizados atendimentos na área de Família, sobretudo pedidos de pensão alimentícia e divórcio litigioso.



O posto de atendimento é uma extensão do Núcleo de Atendimento de Campina Grande, coordenado pelo defensor público Lucas Soares

Núcleo de Campina Grande investe na melhoria do atendimento

Além de estender o atendimento até a Casa da Cidadania, o Núcleo de Atendimento de Campina Grande também investiu na melhoria do atendimento da sua sede, localizada na Av. Barão do Rio Branco, 188, Centro de Campina. O local ganhou duas

novas salas: uma destinada à triagem e a outra para o atendimento de mulheres vítimas de violência doméstica. A iniciativa de otimizar os espaços para melhor atender os usuários da DPE partiu do coordenador do Núcleo, o Defensor Lucas Soares.



A partir da reorganização do espaço, foi possível destinar uma sala para a triagem dos atendimentos



A sala de atendimento reservada para mulheres vítimas de violência recebeu pintura e decoração feita pelos próprios servidores, além de doações de brinquedos e mobília infantil



3.3 Instituição reconhecida

Deputados homenageiam defensores públicos durante sessão da ALPB

Os defensores públicos da Paraíba foram homenageados no dia 18 de maio de 2021 durante sessão da Assembleia Legislativa da Paraíba (ALPB). Os parlamentares aprovaram à unanimidade uma Moção de Aplausos proposta pelo deputado estadual Raniery Paulino, que lembrou o Dia do Defensor e da Defensora Pública, celebrado em 19 de maio.

“O trabalho que desenvolvem é extraordinário, atendendo os setores mais vulneráveis da população e foi alvo de menção positiva pelo governador João Azevedo, durante recente encontro que tivemos”, acrescentou o parlamentar, destacando que a Defensoria está entre as mais nobres instituições preocupadas com políticas humanitárias.

O deputado Janduhy Carneiro evocou a origem da data comemorativa, lembrando da inspiração de Santo Ivo, conhecido por patrocinar as causas dos revéis, pobres,



viúvas e órfãos, padroeiro dos advogados e também lembrou que, para milhões de brasileiros, a acesso à saúde, educação, moradia, segurança, lazer e demais garantias sociais só se tornam realidade a partir da atuação de um defensor ou defensora pública, ao atenderem diariamente os desfavorecidos hipossuficientes e grupos vulneráveis.

Indicadores dos órgãos GovPB

Órgão	Índice	Ranking
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA PARAÍBA	91,92	4
FUNDAÇÃO CENTRO INTEG DE APOIO AO PORT DE DEFICIENCIA	90,00	1
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA E DA DEFESA SOCIAL	75,42	38
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO	72,83	25
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DA PARAIBA - PGJ	65,86	4
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO	63,83	6
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA	56,74	7
UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA	52,20	44
ESTADO DA PARAIBA	51,11	35
SUPERINTENDENCIA DE OBRAS DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO - SUPLAN	49,18	11

Defensoria Pública é o órgão que melhor aplicou recursos da União na Paraíba

A Defensoria Pública da Paraíba tem, dentro do Estado, o melhor Índice de Desempenho da Gestão das Transferências Voluntárias da União (IDTRV), indicador de acompanhamento contínuo que avalia o desempenho de Estados e Municípios quanto à qualidade das suas propostas e no processo de gestão dos instrumentos firmados com a União. A constatação se deu durante a 1ª Semana Estadual de Planejamento, Orçamento e Gestão promovida entre os dias 11 a 15 de julho de 2022, pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão.

Os dados se encontram disponíveis no programa nacional "Plataforma +Brasil", que também é alimentado pela Defensoria Pública. Para o cálculo do índice são consideradas a qualidade das propostas,

celeridade na execução do objeto, aderência ao planejamento, conformidade da prestação de contas, entrega da política pública, desempenho financeiro e desempenho do cronograma físico.



Orçamento Democrático Estadual agora conta com a participação da Defensoria Pública

Em mais um sinal de plena harmonia com o Poder Executivo, a Defensoria Pública da Paraíba passou a opinar sobre o Orçamento Democrático Estadual. A definição veio com a visita do secretário executivo da Pasta, Ednaldo Joaquim da Silva Júnior, no dia 22 de julho de 2022. Além da importância da parceria, o gesto tem um significado histórico e merece elogios, já que a Instituição nunca teve a oportunidade de opinar junto à Secretaria sobre os gastos e prioridades destinados à população que é composta e representada em grande parte pelos assistidos da Defensoria Pública.



Defensoria é homenageada na solenidade dos 75 anos da Câmara de João Pessoa

A Defensoria Pública foi homenageada no dia 17 de novembro de 2022 na solenidade de comemoração dos 75 anos da Câmara Municipal de João Pessoa. O evento aconteceu no Hotel Globo e contou com a presença de autoridades de órgãos municipais e estaduais do Legislativo, Executivo e Judiciário. A placa recebida pelo DPG Ricardo Barros parabeniza a Defensoria Pública pelos relevantes serviços prestados à capital paraibana, ressaltando a dedicação da instituição ao bem-estar da população, à democracia e à transparência. O reconhecimento solidifica a imagem do órgão e enfatiza a importância dos serviços prestados à sociedade. A entrega foi feita pelo vereador Emano Santos.



SELO IGUAIS NA DIVERSIDADE

Entidades reconhecem trabalho da Defensoria com a população LGBTQIA+

O trabalho desenvolvido pela Coordenadoria de Defesa dos Direitos Homoafetivos, da Diversidade Sexual e do Combate da Homofobia nos últimos anos levou a Defensoria Pública a um reconhecimento que orgulha a instituição: o Selo Iguais na Diversidade. A certificação é conferida pela Aliança Nacional LGBTI+, representada no estado pela Iguais Associação LGBT+ da Paraíba, e sinaliza para a comunidade LGBTQIA+ que aquele local é um espaço seguro e de respeito à diversidade.



O Selo foi entregue no Gabinete do DPG, Ricardo Barros, e contou com as presenças do Subdefensor Administrativo, Gerardo Rabello; da coordenadora da Diversidade da DPE, Remédios Mendes; e da Defensora Pública Aldaci Pimentel.



Compareceram à instituição o presidente da Iguais Associação LGBT+ da Paraíba, Dhell Felix, e o coordenador jurídico da Aliança Nacional LGBTI, Ginaldo Figueiredo.

3.4 Discussão da Lei Orçamentária Anual (LOA)

Presente nas audiências públicas anuais que discutiu a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2022 e 2023, o DPG Ricardo Barros aproveitou as duas ocasiões para mostrar distorções e pedir mais atenção dos poderes com a Defensoria Pública. Em 2021, a audiência aconteceu de forma virtual e a Defensoria chamou atenção para o aumento de apenas 2,13% para os órgãos, quando o acréscimo na arrecadação foi de 4,79%.

Já em 2022, o DPG pediu do Governo um olhar diferenciado para a Defensoria Pública no que diz respeito ao percentual de reajuste para 2023, já que a Instituição ainda sofre os reflexos do congelamento do orçamento no período de 2014 a 2018, além do forte contingenciamento praticado à época pelo então governador.



3.5 Defensoria realiza Roda de Diálogo com candidatos ao governo do Estado

Em 2022, a Defensoria Pública deu continuidade a uma dinâmica iniciada em 2018, quando convidou os candidatos ao Governo do Estado a debater com os defensores públicos. Quatro dos oito candidatos ao cargo compareceram à Sede da Defensoria Pública. Veneziano Vital do Rêgo e Adjany Simplicio antes do

primeiro turno e João Azevedo e Pedro Cunha Lima antes do segundo turno.

Na ocasião, os candidatos tiveram a oportunidade de apresentar aspectos do seu plano de governo, além de interagir e responder aos questionamentos de defensores públicos e servidores da Instituição.



O senador Veneziano Vital do Rego (MDB) abriu a Roda de Diálogo com os candidatos ao Governo do Estado. O debate aconteceu no dia 14 de setembro, com a presença da senadora Nilda Gondim.



O encontro do então candidato à reeleição João Azevedo (PSB) com os Defensores aconteceu no dia 24 de outubro. Ele esteve acompanhado da senadora Daniella Ribeiro e do deputado federal Julian Lemos.



A professora Adjany Simplicio (PSOL) também aceitou o convite para dialogar com Defensores e servidores antes do primeiro turno das eleições. O encontro aconteceu no dia 20 de setembro.



Na véspera do segundo turno das eleições, dia 28 de outubro, o deputado federal Pedro Cunha Lima (PSDB) encerrou a Roda de Diálogo com os candidatos. Todos os candidatos assinaram a Carta Compromisso proposta pela Defensoria Pública.

4

INSTITUCIONAL



Conselho Superior da Defensoria Pública da Paraíba no Biênio 2022/2024

4.1 Escola Superior: investimento em qualificação

A Defensoria Pública tem reafirmado diariamente o seu compromisso com a educação, seja na educação em direitos, seja na capacitação da equipe, ou ainda na articulação com os diversos setores da sociedade civil, e esta missão está sendo cumprida por meio das atividades realizadas pela Escola Superior. Confira algumas das atividades desenvolvidas neste biênio:



Fomento à atuação estratégica com promoção de cursos de atualização

Capacitação em Mediação Extrajudicial

Em parceria com a Câmara de Mediação e Conciliação de Família da DPE e com a Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Paraíba (OAB/PB), a Escola Superior ofertou uma capacitação gratuita de conciliação e mediação de família para defensores, servidores e estagiários em junho de 2021.

Teoria do Caso e Cross Examination no Tribunal do Juri

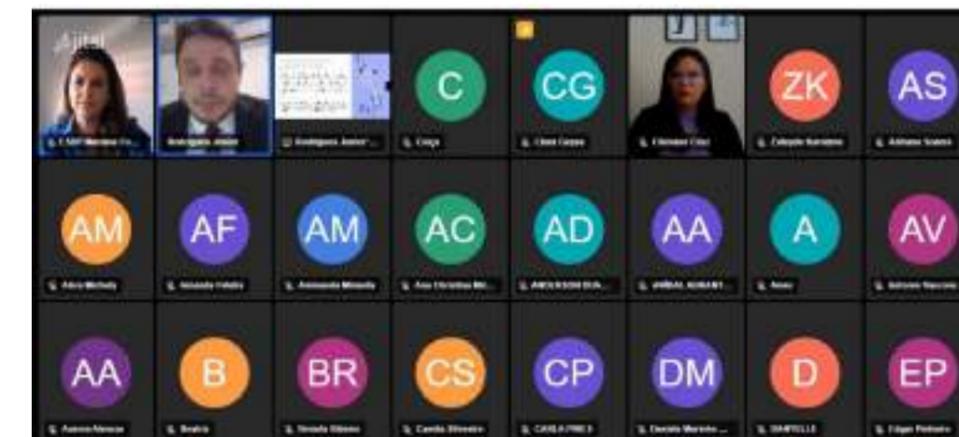
O tema foi debatido pelas Defensoras Públicas do Estado do Rio de Janeiro, Glauce P. Maués e Renata Tavares, através da plataforma virtual Zoom, sem custo para os defensores.

Controle Interno em Organizações Públicas

A capacitação voltada aos servidores da instituição foi realizada na modalidade presencial pela instrutora Rossana Guerra, dividida em três módulos: o primeiro voltado ao entendimento sobre o controle interno; e o segundo e terceiro à instrumentalização do controle interno.

Curso de Multa Penal

O Curso de Multa penal foi realizado em parceria com a Coordenadoria de Atendimento da Execução da Penal e Estabelecimentos Penais (CAEPEP) para garantir a qualidade do trabalho desempenhado a ser executado diariamente. Foram apresentadas as principais atualizações acerca do tema multa penal, abordando as alterações jurisprudenciais quanto ao tema 931, teses defensoriais (com modelos) e abordagens estratégicas sobre o tema.



Curso de Saúde Mental e seus desafios

Discutiu a internação psiquiátrica à luz da Reforma Psiquiátrica brasileira e dos instrumentos internacionais de proteção dos direitos humanos. Além disso, apresentou experiências exitosas no campo da execução da medida de segurança no Brasil orientadas por princípios antimanicomiais e ainda forneceu bases para uma atuação estratégica com modelos atualizados de peças sobre casos que envolvem pessoas em situação de sofrimento mental.

Curso de formação teórica e prática para estagiários e assessores

O curso foi lançado com o objetivo de qualificar os estagiários e assessores da Defensoria Pública, promovendo eficácia do atendimento, além de prepará-los para ingressar no mercado de trabalho. Dividido em quatro módulos, o curso teve início no dia 7/10/2022 e encerrou no dia 02/12/2022, com temas ligados a conhecimentos gerais, cível, criminal e infância e juventude.

Lançamento do projeto Qualificar para a Excelência

A Escola Superior lançou em maio de 2021 o projeto Qualificar para a Excelência. O projeto oferta dois eixos de qualificação aos defensores públicos estaduais: um voucher anual de R\$ 1 mil para aquisição de obras jurídicas e a participação em curso de qualificação custeada pela Escola Superior. A primeira leva dos livros escolhidos já foi adquirida e está sendo preparada para a entrega. Estes livros serão tombados e farão parte do acervo da instituição.



AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM E COMPARTILHAMENTO DE DADOS

Criação do banco de petições

O banco de petições foi criado através da plataforma de Ambiente Virtual de Aprendizagem e Compartilhamento de Dados (AVA) com o intuito de facilitar o trabalho dos Defensores. O AVA é uma plataforma única que reúne modelos de peças, arquivos de artigos, jurisprudência e cursos que possam contribuir para o trabalho das pessoas que integram a instituição em qualquer núcleo de atuação para uniformizar o trabalho da Defensoria Pública e fornecer um trabalho de excelência aos assistidos.

I Encontro da Defensoria Pública

O I Encontro da Defensoria Pública da Paraíba aconteceu no dia 26 de agosto de 2022, com o tema central “Em defesa dos grupos vulnerabilizados”. O evento reuniu Defensores, estagiários, servidores e a comunidade acadêmica, com uma programação de palestras, debates, exposição de vídeo, homenagens e apresentação da plataforma AVA.

Foram convidados o Desembargador do TJSP, Marcelo Semer; o Desembargador do TJPB, Joás Brito; o Prof. Dr. Gustavo Batista; a presidente da ANADEP, Rivana Ricarte; e a Defensora Pública do Rio Grande do Norte, Lydiana Ferreira.



Projeto de Educação em Direitos Educar para Transformar: o papel da Defensoria Pública na educação popular

A Escola criou o projeto com o intuito de levar aos estudantes da rede estadual de ensino educação em direitos por meio de palestras e debates. A primeira atividade aconteceu na Escola Bráulio Maia Júnior, no bairro Dinamérica, em Campina Grande, com a presença dos defensores públicos Mariane Fontenelle, diretora de ensino da Escola Superior, e Lucas Soares, coordenador do Núcleo de Campina Grande, além da professora Tatyane Martins. O projeto continua em andamento.



Lançamento do Manual do Estagiário

O Manual do Estagiário foi elaborado com o intuito de fornecer aos estudantes uma noção da estrutura e do funcionamento da Defensoria Pública, além de informações relevantes acerca da história da Defensoria Pública, a importância do primeiro atendimento e as especificidades

dos atendimentos especializados, noções básicas de PJe, além de direitos e deveres dos estagiários, possibilitando ao estudante mecanismos para um melhor desempenho e a prestação de um serviço público de assistência jurídica de excelência.



4.2 Ampliação do Programa de Estágio para pós-graduados

A Defensoria Pública do Estado da Paraíba (DPE-PB) ampliou seu Programa de Estágio para o nível de pós-graduação. A instituição já contava com estagiários de graduação há mais de duas décadas e a partir de 2021 passou a oferecer vagas para pós-graduandos em cursos de várias áreas.

O Programa de Estágio de Nível Superior e de Pós-Graduação (Proest) da DPE-PB é conduzido pelo Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE) e são admitidos estudantes de graduação e de pós-graduação lato ou stricto sensu, em instituições de ensino oficialmente reconhecidas pelo Ministério da Educação ou pelo Conselho Estadual de Educação e que firmem convênios com a Defensoria Pública do Estado da Paraíba ou por mediação de agente integrador previsto no Art. 5o da lei Federal nº 11.788/2008, neste caso, o CIEE.

NÚMERO DE ESTAGIÁRIOS EM 2022

GRADUANDOS	142
PÓS-GRADUANDOS	81
TOTAL: 223	

QUANTITATIVO POR REGIÃO

REGIÃO METROPOLITANA	139
GRADUANDOS	75
PÓS-GRADUANDOS	64
.....	
DEMAIS REGIÕES	84
GRADUANDOS	67
PÓS-GRADUANDOS	

INSTITUIÇÕES CONVENIADAS

1. UNIESP	9. TRÊS MARIAS
2. UFCG - CAMPINA	10. UNIPÊ - JOÃO PESSOA
3. ASPEC / FPB - JOÃO PESSOA	11. FACET - AESST - TIMBAUBA
4. CESED - FACISA - CAMPINA	12. SEPA - PITÁGORAS - JOÃO PESSOA
5. CBPEX / FABEX - JOÃO PESSOA	13. FESP
6. CEESP - FIP	14. NASSAU - JOÃO PESSOA
7. CESREI - CAMPINA	15. UFPB - ACORDO DE COOPERAÇÃO
8. UEPB	16. AUTARQUIA DOS AFOGADOS

4.3 Corregedoria-Geral em ação

Visando dar melhores condições aos Defensores, a Corregedoria-Geral realizou visitas/inspeções/correições, padronizou procedimentos, instruiu processos/averiguações/diligências, gerenciou e peracionalizou os petições integrados através do Sistema Integrador de Defensorias (SID), implantou a distribuição de processos eletrônicos aos Defensores DP-4, orientou, verificou e analisou os relatórios mensais de atividades, acompanhando a produtividade, a regularidade e o desempenho dos defensores, contribuiu para a atualização da Lei Orgânica (LCE 169/21) e expediu documentos normativos (recomendações/resoluções/editais/instruções).

Nos anos de 2021 e 2022, todas as atividades foram parcialmente reduzidas, ainda em face da pandemia do Covid-19, notadamente relativas às correições, visitas e inspeções. No período compreendido entre janeiro de 2021 e outubro de 2022, foram recebidos 4.536 relatórios on-line (Sistemas SIGRA e SOLAR), contendo os registros de 330.520 procedimentos, tudo em favor dos menos favorecidos do Estado.

Foram realizadas 160 averiguações prévias/diligências e feitas 175 notificações aos membros da Instituição, visando esclarecer reclamações, pendências e fatos que tomamos conhecimento, resultando em 9 Procedimentos Disciplinares,

8 PADs, 1 Sindicância, com aplicação de 1 advertência; 3 arquivamentos, 1 Termo de Ajustamento de conduta (TAC), 1 sindicância concluída pela instalação de PAD.

Foram expedidas 18 recomendações por ofícios aos reclamados na forma dos normativos vigentes. Realizadas 89 visitas/inspeções/Correições Ordinárias em diversas Varas e Comarcas do Estado, com recomendações àquelas que não estavam adequadas aos princípios que norteiam a atuação da DPE-PB.



Defensores Públicos que se destacaram nos anos de 2021 e 2022 foram homenageados pela Corregedoria Geral

Anualmente, a Corregedoria Geral materializa por meio de Votos de Aplausos o reconhecimento a defensores públicos que se destacaram em suas áreas de atuação nos últimos doze meses. São adotados critérios como assiduidade, desempenho e informações contidas nos relatórios enviados ao órgão fiscalizador da instituição.

Confira os defensores homenageados no biênio:

2021

ACRISIO ALVES DE ALMEIDA
ALBA NEIDE MAXIMO DA SILVA
ALINE ARAUJO SALES DA SILVA
AMANDA GURGEL ROCHA
ANAIZA DOS SANTOS SILVEIRA
ANGELA MARIA DANTAS LUTFI DE ABRANTES
ARGEMIRO QUEIROZ DE FIGUEIREDO
CARDINEUZA DE OLIVEIRA XAVIER
CARLOS ROBERTO BARBOSA
CATARINA MARTA MONTENEGRO GUIMARAES
CONCEICAO DE LOURDES B. ARCOVERDE
DAMIANA DE ALMEIDA FREITAS OLIVEIRA
DULCE ALMEIDA DE ANDRADE
FABIO LIBERALINO DA NOBREGA
FERNANDA PERES DA SILVA
FILIPE PINHEIRO MENDES
GIZELDA GONZAGA DE MORAES
IARA BONAZZOLI
JEZIEL MAGNO SOARES
JOAO GAUDENCIO DINIZ CABRAL
JOSEFA ELIZABETE PAULO BARBOSA
LAURA NEUMA CAMARA BONFIM SALES
LUCAS SOARES AGUIAR
LUIZ ANTONIO MARQUES FARIAS
LUIZ GUEDES MONTEIRO FILHO

LUIZ HUMBERTO DA SILVA
LUZIA APARECIDA CAVALCANTI SILVA
MANFREDO ESTEVAM ROSENSTOCK
MARCOS JOSE DE BRITO SOUTO
MARIA DE FATIMA ANDRADE DE SOUSA
MARIA DE FATIMA ARAUJO R. DE MELO
MARIA DE FATIMA DE SOUSA DANTAS
MARIA DO ROSARIO LIMA SILVA
MARIA DOS REMEDIOS MENDES OLIVEIRA
MARIA GORETTI PEREIRA DE OLIVEIRA
MONALIZA M.FERNANDES MONTINEGRO
NAIARA ANTUNES DELA BIANCA
ODINALDO ESPINOLA
RISALBA CAVALCANTI DE LIMA
RIZALVA AMORIM DE OLIVEIRA SOUSA
ROBERTO SAVIO DE CARVALHO SOARES
ROSA MARIA ELIAS SILVA
ROSANGELA MARIA MEDEIROS BRITO
RYVEKA CAMPOS MARTINS BRONZEADO
TERESINHA DE JESUS M. UGULINO SEVERO
TEREZA LIZIEUX FEITOSA LIRA
VICENTE ALENCAR RIBEIRO
VIRGULINO DE MEDEIROS NETO
WALACE OZIREZ COSTA
WALDELITA DE LOURDES C. F. RODRIGUES

2022

ACRISIO ALVES DE ALMEIDA
ALBA NEIDE MAXIMO DA SILVA
ALINE ARAUJO SALES DA SILVA
AMANDA GURGEL ROCHA
ANA PAULA MIRANDA DOS SANTOS DINIZ
ANAIZA DOS SANTOS SILVEIRA
ANDRE LUIZ PESSOA DE CARVALHO
ARGEMIRO QUEIROZ DE FIGUEIREDO
CARDINEUZA DE OLIVEIRA XAVIER
CONCEIÇÃO DE LOURDES B. ARCOVERDE
DULCE ALMEIDA DE ANDRADE
ELISETE DA CUNHA PEREIRA
FILIPE PINHEIRO MENDES
FERNANDA PERES DA SILVA
FERNANDA PEDROSA TAVARES COELHO
FERNANDO ENEAS DE SOUZA
FRANCISCA DE FATIMA P. ALMEIDA DINIZ
FRANCISCO FREIRE DE FIGUEIREDO
FRANCISCO LOPES DE LACERDA
GILBERTO MAGALHÃES DA SILVA
GILVAN DE ALCÂNTARA GUSMÃO
JOÃO GAUDÊNCIO DINIZ CABRAL
JOSÉ WILLAMI DE SOUSA
LAIS DE QUEIROZ NOVAIS
LAURA NEUMA CAMAFA BONFIM SALES

LUCAS SOARES AGUIAR
LUIZ ANTONIO MARQUES FARIAS
LUIZ GUEDES MONTEIRO FILHO
LUIZ HUMBERTO DA SILVA
MANFREDO ESTEVAM ROSENSTOCK
MARCOS ANTONIO MACIEL DE MELO
MARCOS JOSÉ DE BRITO SOUTO
MARCEL JOFFILY DE SOUZA
MARIA DAS GRAÇAS VIANA RAMOS
MARIA DE FÁTIMA ARAUJO R DE MELO
MARIA DE FÁTIMA DE SOUSA DANTAS
MONALIZA M. FERNANDES MONTINEGRO
NAIARA ANTUNES DELA BIANCA
PAULO SERGIO GARCIA DE ARAUJO
ROSA MARIA ELIAS SILVA
ROSANGELA MARIA MEDEIROS BRITO
RIVEKA CAMPOS MARTINS BRONZEADO
RISALBA CAVALCANTI DE LIMA
RISALVA AMORIM DE OLIVEIRA SOUSA
TEREZA LIZIEUX FEITOSA LIRA
TEREZINHA DE JESUS M. U. SEVERO
VERA LUCIA F. MARQUES CARREIRO
VICENTE ALENCAR RIBEIRO
VIRGULINO MEDEIROS NETO
WALACE OZIREZ COSTA

Reunião ordinária do Conselho Nacional de Corregedores-Gerais das Defensorias Públicas acontece na Paraíba

Em 2022, a Defensoria Pública da Paraíba sediou, de 9 a 10 de junho, a 55ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais das Defensorias Públicas Estaduais, do Distrito Federal e da União (CNCG DPE/DPDFT/DPU). O encontro aconteceu no Hotel Nobile Suítes, em Tambaú, para tratar da cooperação técnica entre Defensorias Públicas e entidades que operam sistemas centrais de registro civil nos estados.

Também constou na pauta temas como teletrabalho, coaching, peticionamento integrado e a proposta de uma recomendação para a não atuação em audiência virtual de carta precatória em outra unidade da federação.

Corregedores de 23 Defensorias Públicas estaduais e da União participaram da reunião. A programação chegou ao fim com uma palestra da diretora da Escola Superior da Defensoria Pública da Paraíba, Monaliza Montinegro.



4.4 Defensoria homenageia personalidades com a Medalha Airton Cordeiro

Cinco personalidades da Paraíba foram homenageadas pela Defensoria Pública da Paraíba em 2022 com a outorga da Medalha Defensor Airton Cordeiro. A entrega aconteceu no dia 20 de maio, no Restaurante Maré, em João Pessoa, durante o jantar de comemoração pelo Dia do Defensor e da Defensora Pública, celebrado em todo o país no dia 19 de maio. Os nomes aprovados pelo Conselho Superior foram indicados pela excepcional contribuição para o engrandecimento da Instituição e defesa das suas prerrogativas.



GOVERNADOR JOÃO AZEVEDO

O governador do Estado, João Azevêdo, foi representado pelo procurador-geral do Estado, Fábio Andrade, já que o chefe do Executivo cumpria agenda na cidade de Monteiro.



DEPUTADO ADRIANO GALDINO

Como não pôde comparecer ao evento, o deputado Adriano Galdino, recebeu a medalha na Sede da Defensoria, no dia 24 de maio. Como presidente da Assembleia Legislativa da Paraíba, o parlamentar foi homenageado pela sua atuação na aprovação de seis projetos de lei aprovados pela ALPB em 2021 e 2022.

DESEMBARGADOR JOÁS DE BRITO

Parceiro de primeira hora da Defensoria Pública, o desembargador Joás de Brito Pereira Filho socorreu a Defensoria quando o Governo do Estado suspendeu a publicação dos atos no Diário Oficial do Estado, imobilizando a gestão da Defensoria.



PROCURADOR EDUARDO VARANDAS

Sensível aos problemas de infraestrutura da DPE-PB, o procurador Eduardo Varandas Araruna indicou a Defensoria para receber recursos de multas aplicadas pelo Ministério Público do Trabalho. Os recursos foram utilizados na reforma da Sede Administrativa.



DEFENSOR PÚBLICO CARLOS ROBERTO

Coordenador do Tribunal do Júri, o defensor Carlos Roberto foi homenageado pela enorme devoção ao seu ofício, sobretudo na sua atuação no Tribunal do Júri.

4.5 Realização do IX Encontro Nacional de Execução Penal (ENEP)

A Defensoria Pública da Paraíba e o Instituto Brasileiro de Execução Penal (IBEP) realizaram, de 13 a 15 de junho de 2022, em João Pessoa, o IX Encontro Nacional de Execução Penal (ENEP). O evento aconteceu no auditório do Tribunal de Contas do Estado (TCE-PB), com transmissão simultânea no canal da Defensoria no Youtube. A coordenação na Paraíba ficou sob a responsabilidade da defensora pública Josefa Elizabete.

O evento contou com a participação de autoridades e especialistas na área de Execução Penal, como o diretor de Políticas Penitenciárias do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), Sandro Abel Sousa Barradas, e os professores Sérgio Salomão Shecaira (USP) e Carlos Eduardo Adriano Japiassú (UERJ). A programação contou, ainda, com a participação de desembargadores, juízes, membros das Defensorias Públicas e do Ministério Público de diferentes estados, órgãos de execução penal, acadêmicos e membros do IBEP.

Ao final do evento, foi lançada a Carta João Pessoa, um documento que sintetiza o que foi discutido e o que se pode propor para o futuro na área da execução penal.



4.6 Investimento em Tecnologia da Informação

Para agilizar e modernizar o trabalho remoto dos Defensores Públicos, a DPE investiu na compra de 60 notebooks em 2022, que se somam a outros 100 notebooks adquiridos em 2020, quando teve início a pandemia de Covid-19. Além disso, foram adquiridos 30 computadores de mesa para substituir equipamentos antigos nos Núcleos de Atendimento espalhados pelo Estado.



O Núcleo Regional de Campina Grande está entre os postos de atendimento da DPE que receberam novos computadores

4.7 Ouvidoria-Geral em números

Os dados a seguir refletem as principais manifestações recebidas dos assistidos pela Ouvidoria-Geral no período de julho de 2021 a junho de 2022, considerando principalmente as reclamações, sugestões e elogios quanto ao serviço fornecido pela Defensoria Pública e seus Núcleos de Atendimento. As informações foram recebidas por meio dos canais da Ouvidoria-Geral, que estão em funcionamento permanente através de telefone, e-mail, formulário eletrônico e aplicativo de whatsapp.

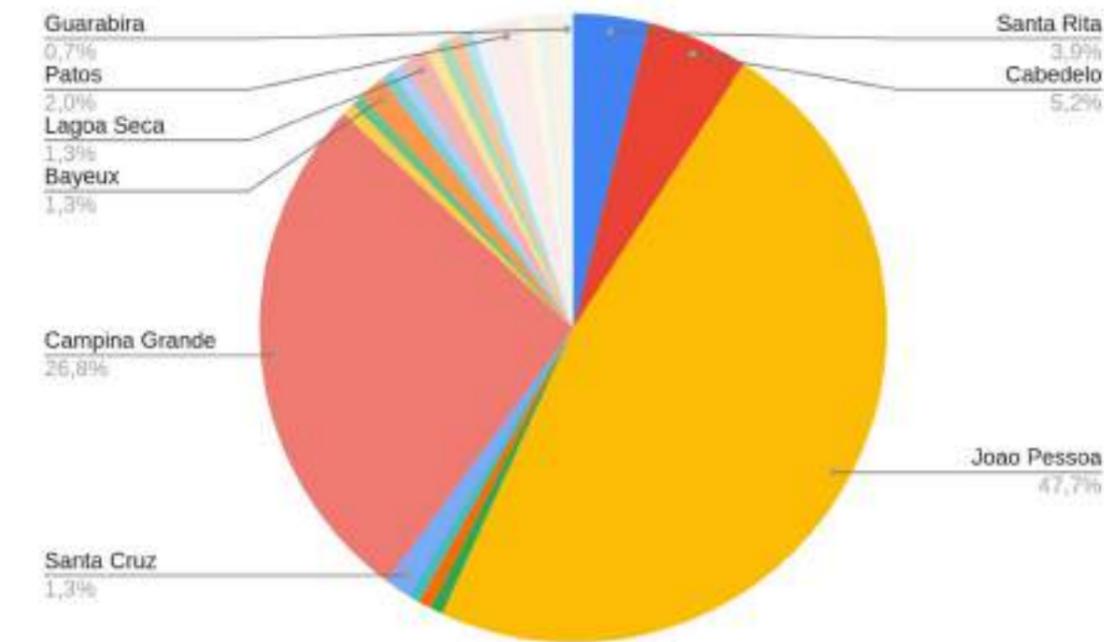
Em termos quantitativos de acesso, a Ouvidoria vem apresentando um aumento na procura por seus serviços ao longo dos tempos e à medida que a Defensoria também amplia sua abrangência. Ressalta-se que desde que houve a ampliação do canal de whatsapp, demanda imposta pelas circunstâncias advindas da Pandemia do Covid-19, o aumento na procura de informações, orientações e esclarecimentos

por parte da população se intensificou de forma vertiginosa.

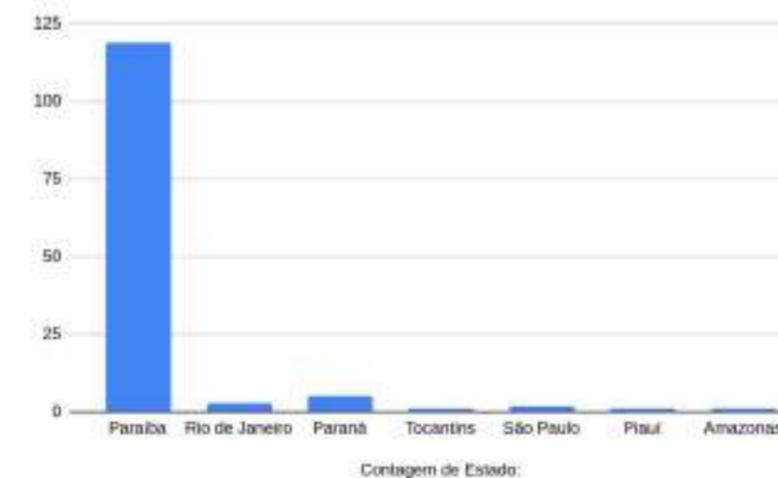
Desde do ano de 2020, com o início da pandemia, a Ouvidoria viu seus dados aumentarem na proporção que aumentavam também os atendimentos da Defensoria. Após a implementação das medidas restritivas de circulação devido a Pandemia, parte considerável dos atendimentos foram realizados pelo WhatsApp, medida que se mostrou bastante útil, atendendo as necessidades das partes envolvidas.

Com o retorno das atividades presenciais, parte dos atendimentos voltaram a ser nesta modalidade. Vale mencionar que esses atendimentos não foram contabilizados nos dados a seguir. Os atendimentos do segundo semestre de 2021 e do primeiro de 2022 geraram um total de 2.417 registros, nos canais de acesso à Ouvidoria mencionados no início do texto.

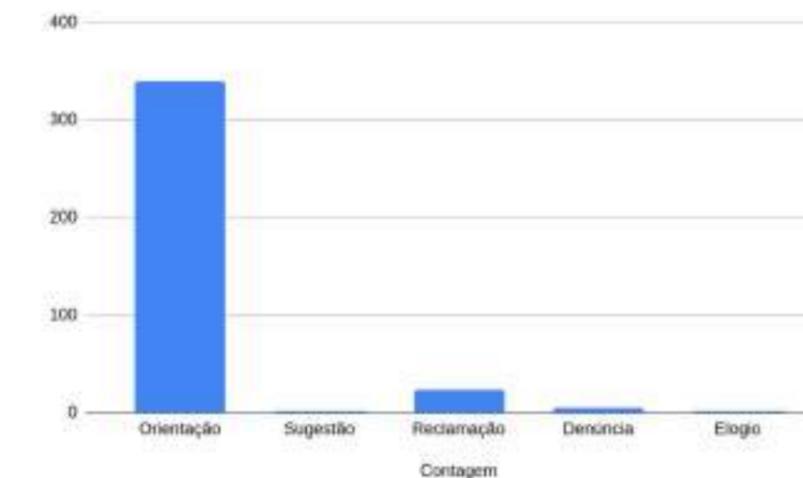
Atendimentos por município



Atendimento por estado da Federação



Das manifestações



Reunião do Conselho Nacional de Ouvidorias das Defensorias Públicas acontece na Paraíba

A 4ª Reunião Ordinária de 2022 do Conselho Nacional de Ouvidorias das Defensorias Públicas do Brasil (CNODP) aconteceu em João Pessoa, com o apoio da DPE-PB, em junho de 2022. Além da reunião deliberativa, o evento contou com uma programação de palestras, visitas a comunidades e o minicurso “Formação para atendimento a população Transvestegêner”, realizado em parceria com a Escola Superior da Defensoria Pública da Paraíba (ESDPB).



Ouvidoria e NECIDH são reconhecidos por atuação em hospital de João Pessoa

O coordenador do Núcleo Especial de Direitos Humanos e da Cidadania (NECIDH), Manfredo Rosenstock, e a ouvidora-geral da instituição, Maria do Céu Palmeira, receberam Preitos de Reconhecimento pela atuação da Defensoria Pública junto ao setor de Serviço Social do Hospital da Polícia Militar General Edson Ramalho (HPMGER).

Os diplomas foram entregues em março de 2021, em reunião no gabinete da diretoria da unidade hospitalar.

As condecorações - diz o certificado - “representam os relevantes serviços prestados à sociedade através do respeito e observância dos valores institucionais e pela cooperação com as atividades no HPMGER”.



4.8 Homenagens marcam festa de fim de ano da Defensoria Pública

Os servidores da Defensoria Pública do Estado, Edgar Luiz da Silva e Roberta Barros (em memória), foram homenageados pela Instituição durante a tradicional confraternização natalina de 2022. O evento realizado em parceria com a Associação Paraibana de Defensores Públicos também marcou o aniversário de 20 anos da APDP. Os ex-presidentes da Associação também foram homenageados na noite de festa, entre eles, o DPG Ricardo Barros e a Subdefensora Institucional Madalena Abrantes.

A homenagem da Defensoria se deu a dois exemplares profissionais e figuras humanas, pela dedicação de boa parte de suas vidas à Instituição com inextinguíveis demonstrações de espírito público. O Sr. Edgar Luís da Silva é motorista da Subdefensora Madalena Abrantes e está deixando a Instituição para se aposentar. Já Roberta Barros faleceu no dia 29 de novembro, após dois anos de luta contra um câncer. Ela trabalhava na Gerência Administrativa de Tecnologia da Informação (GEATI) e estava na Instituição há 20 anos.



O Sr. Edgar é motorista da Defensoria Pública e deixará a Instituição em breve para se aposentar



A homenagem póstuma a Roberta Barros foi entregue ao viúvo Herivelton (Vevé) e ao filho Henrique José, sob clima de forte emoção. A entrega da placa foi feita pelo seu irmão, o DPG Ricardo Barros, acompanhado da Subdefensora Institucional, Madalena Abrantes, e do Corregedor eleito para o biênio 2022/2024, Coriolano Sá



O DPG Ricardo Barros e a Subdefensora Institucional, Madalena Abrantes, foram homenageados pela APDP pelos serviços prestados como ex-presidentes da entidade



Relação dos Defensores Públicos do Estado da Paraíba

ACRISIO ALVES DE ALMEIDA
ADRIANA RIBEIRO BARBOZA
ADRIANO MEDEIROS BEZERRA CAVALCANTI
ALBA NEIDE MAXIMO URQUIZA DE SA
ALBERTO JORGE DANTAS SALES
ALDACI SOARES PIMENTEL
ALEXANDRE MOURA RIBEIRO
ALICE ALVES COSTA ARANHA
ALINE ARAUJO SALES DA SILVA
ALINE MOTA DE OLIVEIRA
AMANDA GURGEL ROCHA SUCUPIRA
ANA ELIZABETH GOMES SCHIMMELPFENG
ANA PAULA MIRANDA DOS SANTOS DINIZ
ANAIZA DOS SANTOS SILVEIRA
ANDERSON ARAUJO
ANDRE LUIZ PESSOA DE CARVALHO
ANGELA MARIA DANTAS LUTFI DE ABRANTES
ANTONIO ALBERTO COSTA BATISTA
ANTONIO DE OLIVEIRA ALVES
ANTONIO DE PADUA FERNANDES
ANTONIO LAURINDO PEREIRA
ANTONIO NERY DE LUNA FREIRE
ANTONIO OSMAN XAVIER DA ROCHA
ANTONIO PEREIRA BORBA
ARGEMIRO QUEIROZ DE FIGUEIREDO
ARIANE DE BRITO TAVARES
ARLAND DE SOUZA LOPES
BERTHEZENE BARROS DA CUNHA LIMA MARTINS
BRUNO ROMANO DO AMORIM GAUDENCIO
CARDINEUZA DE OLIVEIRA XAVIER
CARLOS ANTONIO ALBINO DE MORAIS
CARLOS ROBERTO BARBOSA
CARMEN NOUJAIM HABIB NACAD EL-KOURE
CAROLLYNE ANDRADE SOUZA
CHARLES GOMES PEREIRA
CLAUDIO DE SOUSA BARRETO

CLAYVNER CAVALCANTI DE MAGALHAES MAURICIO
CLEIDE MARQUES PATRICIO DA COSTA
CONCEICAO DE LOURDES B. ARCOVERDE
CORIOLANO DIAS DE SA FILHO
DAMIANA DE ALMEIDA FREITAS OLIVEIRA
DELANO ALENCAR LUCAS DE LACERDA
DIANA RANGEL PICCOLI
DIOGO AUGUSTO DE SOUZA ANDRADE
DIRCEU ABIMAEI DE SOUZA LIMA
DULCE ALMEIDA DE ANDRADE
DURVAL DE OLIVEIRA FILHO
EDSON FREIRE DELGADO
EDUARDO MARTINHO GUEDES PEREIRA
ELIANE MENEZES CAVALCANTI
ELISABETH TELES PIMENTEL
ELISETE DA CUNHA PEREIRA
ELIZABETH MIRANDA DE OLIVEIRA
ELSON PESSOA DE CARVALHO
ELZA REGIS DE OLIVEIRA LIMA
ENRIQUIMAR DUTRA DA SILVA
FABIO LIBERALINO DA NOBREGA
FELIPE AUGUSTO ALCANTARA MONTEIRO TRAVIA
FELISBELA MARTINS DE OLIVEIRA
FERNANDA FERREIRA BALTAR
FERNANDA PEDROSA TAVARES COELHO
FERNANDA PERES DA SILVA
FERNANDA PORTO DE ARAUJO LIMA
FERNANDO ENEAS DE SOUZA
FILIPE PINHEIRO MENDES
FRANCISCA DAS CHAGAS QUEIROGA
FRANCISCA DE FATIMA P. ALMEIDA DINIZ
FRANCISCO DE ASSIS COELHO
FRANCISCO FREIRE DE FIGUEIREDO FILHO
FRANCISCO LOPES DE LACERDA
GABRIELA FERNANDES CORREIA LIMA
GERARDO LINS RABELLO SOBRINHO

GERCILENA SUCUPIRA MEIRA
GILBERTO MAGALHAES DA SILVA
GIZELDA GONZAGA DE MORAES
GLAUCIA AMELIA SILVEIRA BARBOSA
HERCILIA MARIA RAMOS REGIS
IARA BONAZZOLI
IRICELMA BEZERRA C. DE ALBUQUERQUE
JEZIEL MAGNO SOARES
JOANA DARK LACERDA
JOAO BATISTA DE SOUZA
JOAO GAUDENCIO DINIZ CABRAL
JOCEL JANDERLHEI ALVES DE FREITAS
JOSE ADAMASTOR M. DE QUEIROZ MELO
JOSE AILTON GOMES DE SOUZA
JOSE ALIPIO BEZERRA DE MELO
JOSE BERNARDINO NETO
JOSE CELESTINO TAVARES DE SOUZA
JOSE FERNANDES DE ALBUQUERQUE
JOSE GERARDO RODRIGUES JUNIOR
JOSE JOAO DE MIRANDA FREIRE JUNIOR
JOSE LUIZ DA SILVA
JOSE REGIS DA SILVA
JOSE WILLAMI DE SOUSA
JOSEFA ELIZABETE PAULO BARBOSA
JOSEMARA DA COSTA SILVA
JULITA COSTA ARANHA
JUSSARA MARIA DA SILVA LEMOS
KATIA LANUSA DE SA VIEIRA
KLEBIA MARIA LUDGERIO BORBA
LAIS DE QUEIROZ NOVAIS
LAURA NEUMA CAMARA BONFIM SALES
LEDA MARIA MEIRA
LUCAS SOARES AGUIAR
LUCIA DE FATIMA FREIRES LINS
LUIZ ANTONIO MARQUES FARIAS
LUIZ GUEDES MONTEIRO FILHO

LUIZ HUMBERTO DA SILVA
LUZIA APARECIDA CAVALCANTI SILVA
LYCIA MARIA PEREIRA DO NASCIMENTO
MANFREDO ESTEVAM ROSENSTOCK
MARCEL JOFFILY DE SOUZA
MARCONI CHIANCA
MARCOS ANTONIO MACIEL DE MELO
MARCOS ANTONIO MEDEIROS GUIMARAES
MARCOS FREITAS PEREIRA
MARCOS JOSE DE BRITO SOUTO
MARCUS ANTONIO GERBASI
MARIA ANGELA AMARAL DI LORENZO
MARIA AUXILIADORA DE JESUS
MARIA AUXILIADORA TARGINO DE ARAUJO
MARIA DA CONCEICAO AGRA CARIRI
MARIA DA GLORIA OLIVEIRA DA SILVA
MARIA DA PENHA CHACON
MARIA DAS GRACAS FIGUEIREDO DE MORAES
MARIA DAS GRACAS LACERDA
MARIA DAS GRACAS VIANA RAMOS
MARIA DE FATIMA ANDRADE DE SOUSA
MARIA DE FATIMA ARAUJO R. DE MELO
MARIA DE FATIMA DE AZEVEDO
MARIA DE FATIMA DE LISBOA
MARIA DE FATIMA DE SOUSA DANTAS
MARIA DE FATIMA FERNANDES BATISTA
MARIA DE FATIMA MARQUES
MARIA DE FATIMA PESSOA FERREIRA BARBOSA
MARIA DE GUADALUPE BEZERRA SILVA
MARIA DE LOURDES ARAUJO MELO
MARIA DE LOURDES S. PONTES
MARIA DO ROSARIO LIMA
MARIA DO ROSARIO LIMA SILVA
MARIA DO SOCORRO TAMAR ARAUJO
MARIA DOS REMEDIOS MENDES OLIVEIRA
MARIA ELIZABETH MORAIS PORDEUS
MARIA FAUSTA RIBEIRO
MARIA GORETTI PEREIRA DE OLIVEIRA

MARIA JUVINETE ANACLETO
MARIA MADALENA ABRANTES SILVA
MARIA SILVONETE RODRIGUES DO NASCIMENTO
MARIANE OLIVEIRA FONTENELLE
MARISE PIMENTEL FIGUEIREDO LUNA
MERCIA MARIA ARAUJO LIMA
MONALIZA MAELLY FERNANDES MONTINEGRO
MOZENEIDE VIEIRA LOPES
NADJA SOARES BAIA
NAIARA ANTUNES DELA BIANCA
NEIDE LUIZA VINAGRE NOBRE
NERIVALDO ALVES DA SILVA
ODINALDO ESPINOLA
ODIVIO NOBREGA DE QUEIROZ
ODONILDO DE SOUSA MANGUEIRA
OTAVIO GOMES DE ARAUJO
OTAVIO NETO ROCHA SARMENTO
PAULA FRASSINETTE HENRIQUES DA NOBREGA
PAULA REIS ANDRADE
PAULO FERNANDO TORREAO
PAULO ROBERTO DE AQUINO NEPOMUCENO
PAULO SERGIO GARCIA DE ARAUJO
PAULO SERGIO LYRA PEREIRA DA SILVA
PEDRO MUNIZ DE BRITO NETO
PHILIPPE MANGUEIRA DE FIGUEIREDO
RAISSA PACIFICO PALITOT REMIGIO
REGINALDO DE SOUSA RIBEIRO
RICARDO JOSE COSTA SOUZA BARROS
RISALBA CAVALCANTI DE LIMA
RIZALVA AMORIM DE OLIVEIRA SOUSA
ROBERTO GOMES LOPES
ROBERTO SAVIO DE CARVALHO SOARES
ROMERO VELOSO DA SILVEIRA
ROSA MARIA ELIAS SILVA
ROSANGELA MARIA MEDEIROS BRITO
ROSENILDA MARQUES DA SILVA
RYVEKA CAMPOS MARTINS BRONZEADO
SEMIRAMES ABILIO DINIZ

SEVERINO BADU DE ARAUJO
SEVERINO NUNES DE LUCENA
SONIA MARIA CARVALHO DE SOUZA
SYLVIO PELICO PORTO FILHO
TANIA VIEIRA BARROS
TELMA DE CARVALHO PAIVA
TERESINHA DE JESUS M. UGULINO SEVERO
TEREZA LIZIEUX FEITOSA LIRA
TEREZINHA ALVES ANDRADE DE MOURA
VALERIA CLEMENTINO DE ALMEIDA LUNA
VALERIA LOPES ONOFRE VITA
VALERIA MARIA SOLANO MACEDO DA FONSECA
VANILDO OLIVEIRA BRITO
VERA LUCIA FERREIRA MARQUES CARREIRO
VERA LUCIA MARQUES BRAGA
VICENTE ALENCAR RIBEIRO
VIRGULINO DE MEDEIROS NETO
WALACE OZIREZ COSTA
WALDELITA DE LOURDES DA CUNHA FARIAS RODRIGUES

Em memória

A Defensoria Pública da Paraíba presta as mais honrosas homenagens aos Defensores Públicos que partiram nos últimos dois anos. Àqueles que se foram ainda no exercício do cargo, a certeza de que entregaram grande parte das suas vidas à defesa e à proteção dos cidadãos hipossuficientes do Estado. O sacerdócio desde ofício não foi menor para quem já não se encontrava em atividade. A todos, o reconhecimento e a gratidão pelo legado de profissionalismo e entrega a tão nobre causa social.

Defensores da ativa



Catarina Marta Montenegro Guimarães
★ 23/11/1948
† 05/09/2022



Maria Eliane A. de Albuquerque
★ 06/08/1950
† 24/07/2021



Messias Delfino Leite
★ 13/10/1951
† 29/03/2021



Antônio Rodrigues de Melo
★ 25/11/1951
† 03/03/2021

Defensores inativos

Severino Simeão Barbosa
★ 09/08/1937
† 30/10/2022

Maria de Lourdes P.de Almeida
★ 07/10/1947
† 20/10/2022

Paulo Chaves de Souza
★ 02/09/1939
† 12/09/2022

Orlando Gonzaga de Souza
★ 08/03/1942
† 05/05/2022

João Nunes de Castro Neto
★ 21/05/1949
† 29/06/2021

Glória Martha Klostermann Antunes de Souza
★ 08/02/1934
† 09/05/2021

Fabiano Vilar Sales
★ 20/07/1931
† 07/05/2021

Hildemar Guedes Maciel
★ 20/01/1938
† 29/03/2021

Damião Vieira da Silva
★ 24/03/1942
† 22/03/2021

Francisco Maria Filho
★ 17/12/1929
† 08/03/2021

João José Melo
★ 20/06/1944
† 02/02/2021

Humberto Trocolli
★ 26/11/1939
† 27/12/2020



**DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DA PARAÍBA**

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA PARAÍBA
Rua Deputado Barreto Sobrinho, 168 - Tambiá,
João Pessoa - PB, 58020-680
Site: www.defensoria.pb.def.br